



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

HELLEN CRISTINA MODESTO DE LIMA ALENCAR, Maj Int

Os 30 Anos da Guerra do Golfo: a influência das Operações Baseadas em Efeitos
na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira e na Doutrina de Operações Conjuntas

Rio de Janeiro
2021

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

HELLEN CRISTINA MODESTO DE LIMA ALENCAR, Maj Int

Os 30 Anos da Guerra do Golfo: a influência das Operações Baseadas em Efeitos na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira e na Doutrina de Operações Conjuntas

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso Avançado de
Comando e Estado-Maior da Escola de
Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.
Linha de Pesquisa: Poder Militar.
Orientador: Flávio Cardoso Abadie.

RESUMO

A dinâmica de poder sempre marcou as relações humanas que, associada à tecnologia, traz a complexidade e o protagonismo da dimensão informacional. Nesse ambiente de rápidas mudanças e de ameaças difusas, está inserido o Brasil e suas Forças Armadas que, nas últimas décadas, têm investido na aquisição de modernas aeronaves F-39 e KC-390. Para o alcance da efetividade, faz-se imperioso aliar meios, metodologias e doutrinas, o que leva a refletir a respeito da Operação Tempestade no Deserto, ocorrida em 1991. Este evento marcou a aplicação da metodologia de Operações Baseadas em Efeitos (OBE) que ao integrar tecnologia, inteligência, ataques paralelos, provocou a paralisia estratégica do inimigo. Ao completar trinta anos desta exitosa operação, este estudo teve por objetivo analisar a influência dos conceitos de OBE na doutrina da Força Aérea Brasileira e na doutrina de Operações Conjuntas das Forças Armadas. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica, a partir da qual foram estabelecidos três eixos de abordagem focados em sistema, efeitos e inteligência. Realizou-se a análise documental da DCA 1-1/2020 e da MD30-M-01/2020. As incidências dos conceitos nas normas foram classificadas em três critérios. Foram identificadas e analisadas um total de 162 citações, sendo 5 de sistema, 75 de efeitos e 82 de inteligência. Os resultados apresentados evidenciaram que a metodologia de OBE está internalizada nas doutrinas, trazendo a conclusão de que além da adjudicação dos meios, revelam-se importantes os efeitos que podem ser produzidos a partir dos adequados planejamento, execução e controle das operações.

Palavras-chave: Doutrina; Inteligência; Operações Baseadas em Efeitos; Sistema.

ABSTRACT

The dynamics of power have always marked human relationships, which, associated with technology, bring the complexity and prominence of the informational dimension. In this environment of rapid changes and diffuse threats, Brazil and its Armed Forces are inserted, which in recent decades have invested in the acquisition of modern F-39 and KC-390 aircraft. To achieve effectiveness, it is imperative to combine means, methodologies and doctrines, which leads to reflection on Operation Desert Storm, which took place in 1991. This event marked the application of the Effects Based Operations (OBE) methodology, which by integrating technology, intelligence, parallel attacks, provoked the enemy's strategic paralysis. After completing thirty years of this successful operation, this study aimed to analyze the influence of OBE concepts in the doctrine of the Brazilian Air Force and in the doctrine of Joint Operations of the Armed Forces. For that, a bibliographical research was carried out, from which three axes of approach focused on system, effects and intelligence were established. The documentary analysis of DCA 1-1/2020 and MD30-M-01/2020 was carried out. The incidences of concepts in the standards were classified into three criteria. A total of 162 citations were identified and analyzed, being 5 from system, 75 from effects and 82 from intelligence. The results presented showed that the OBE methodology is internalized in the doctrines, bringing the conclusion that in addition to the allocation of means, the effects that can be produced from the proper planning, execution and control of operations are important.

Keywords: *Doctrine; Intelligence; Effects Based Operations; System.*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Abordagem “sistema”	25
Gráfico 2 – Abordagem “efeitos”	26
Gráfico 3 – Abordagem “inteligência”.	28
Gráfico 4 – Representação geral de normas e abordagens.	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eixos de abordagem.....	22
Quadro 2 – Critérios para análise das doutrinas.	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de citações na abordagem “sistema”	24
Tabela 2 – Quantidade de citações na abordagem “efeitos”	26
Tabela 3 – Quantidade de citações na abordagem “inteligência”	28
Tabela 4 – Quantidade geral de citações por norma e abordagem.	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1	A Tempestade no Deserto: O Renascimento do Poder Aéreo.....	12
2.2	As Guerras e a Tecnologia.	14
2.3	Operações Baseadas em Efeitos: uma mudança no planejamento e na condução da guerra.	15
2.3.1	O inimigo como um sistema.	16
2.3.2	O foco em efeitos.	18
2.3.3	A inteligência.	19
3	METODOLOGIA	21
4	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
4.1	O inimigo como um sistema	24
4.2	O foco em efeitos	25
4.3	A inteligência.....	27
4.4	Apresentação compilada dos dados e análise dos resultados.....	29
5	CONCLUSÃO	31
	REFERÊNCIAS.....	34
	APÊNDICE A – ANÁLISE DA ABORDAGEM “SISTEMA”	36
	APÊNDICE B – ANÁLISE DA ABORDAGEM “EFEITOS”	37
	APÊNDICE C – ANÁLISE DA ABORDAGEM “INTELIGÊNCIA”	53

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da guerra continua a desafiar a racionalidade e o poder de análise humana. Entender suas causas, prever o seu acontecimento e manter-se preparado para o combate têm, no decorrer do tempo, suscitado teorias, estratégias e doutrinas que fascinam os teóricos e eternizam lideranças, que viam em sua concepção mais violenta e impactante, o único meio de impor seu poder e influência.

A paz de Vestfália, em 1648, marcou a criação dos Estados-Nação, a partir dos quais os conflitos foram se organizando, com a profissionalização de exércitos e o desenvolvimento de novas capacidades e técnicas de combate (WRIGHT, 1988).

No final do século XIX, a revolução industrial e suas inovações tecnológicas modificaram o estilo de vida da sociedade ocidental, cujo período ficou conhecido como *Belle Époque* e, ao mesmo tempo, agregaram maior letalidade a equipamentos e armamentos militares, revelando ao mundo a trágica consequência de sua aplicação, a partir das mazelas geradas por duas grandes guerras mundiais.

O surgimento do Poder Aéreo, com aplicabilidade nas campanhas da Primeira Guerra Mundial, ampliou o campo de batalha e agregou à dimensão terrestre e marítima, as várias possibilidades do vetor aéreo. Essa inovadora ferramenta do poder militar rapidamente mostrou sua versatilidade e flexibilidade, sabendo tirar proveito dos avanços tecnológicos, mais recentemente das explorações espaciais, sendo atualmente denominado de Poder Aeroespacial.

O temor coletivo causado por uma iminente guerra nuclear, com a sua destruição mutuamente assegurada, dominou o mundo no período pós Segunda Guerra (PAYNE, 2002). Por aproximadamente quatro décadas, as ideologias capitalistas e comunistas imprimiram suas influências sob as diversas regiões do planeta, até que a derrocada do muro de Berlim, em 1989, anunciou simbolicamente o fim da bipolaridade estabelecida pelos Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética, começava a ser escrito um novo capítulo na dinâmica de poder e domínio mundial.

Entretanto, o fim da Guerra Fria e a hegemonia dos EUA não representaram o fim da história, com a consolidação da democracia e do capitalismo, como postulava Fukuyama (1989), ao contrário, a eclosão de conflitos em todo o mundo trazem à tona o choque de civilizações, enunciado por Huntington (1993).

O século XXI apresenta um ambiente cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo, que exige dos órgãos de segurança nacional mais do que a aplicação direta de poderio bélico e tropas convencionais, é premente a necessidade do pensamento sistêmico e interconectado, que produza ações que causem efeitos decisivos, com a economia de forças e menor dano colateral.

A despeito do poderio bélico dos Estados, a tecnologia e a utilização de meios militares não têm sido capazes de debelar a crescente ameaça terrorista e de atores não estatais, que usam dos mais diversos artifícios, como as redes internacionais de comunicação e a opinião pública, para atingir seus objetivos.

Neste contexto, considerando o mundo globalizado e as potencialidades naturais e econômicas do Brasil, deve-se atentar para os diversos interesses presentes nas fronteiras, para a ameaça do narcotráfico, ou na área econômica, com a presença de investimentos internacionais, que catalisam a disseminação do *soft power* de outros países.

O Brasil, a partir de uma análise do ambiente nacional e internacional, institui sua Política Nacional de Defesa (PND) que visa garantir a soberania, a integridade territorial e a consecução de objetivos nacionais, por intermédio do planejamento de ações destinadas à defesa do País, empregando todas as expressões do Poder Nacional. Esta norma infraconstitucional, de nível político, condiciona a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END) e demais normas que embasam o preparo e o emprego das forças armadas.

No âmbito da Força Aérea Brasileira, a Concepção Estratégica Força Aérea 100 (DCA 11-45/2018) estabelece diretrizes para o alcance de uma Força Aérea mais eficaz no desempenho de suas atribuições na paz e na guerra, a partir da obtenção de capacidades, da gestão institucional e do desenvolvimento de tecnologia disruptiva.

Em consonância com a PND, o Ministério da Defesa e a Força Aérea Brasileira vêm, nas últimas décadas, investindo na modernização da frota, a partir da aquisição de vetores, tais como o caça F-39 e a aeronave KC-390, para o cumprimento da missão de controlar, defender e integrar o território nacional. A aquisição desses meios vem acompanhada de acordos internacionais de transferência de tecnologia e constante necessidade de aprimoramento institucional e doutrinário, visto que equipamentos de alta performance e de elevada tecnologia

agregada têm o seu emprego potencializado no ambiente de conflito a partir de adequadas doutrina e metodologia de planejamento.

Essa ideia remete ao papel protagonista do emprego da arma aérea no êxito da Operação Tempestade no Deserto, ocorrida no Iraque, em 1991. Naquela ocasião, a unidade de comando, aliada à tecnologia, à precisão dos armamentos, à furtividade das aeronaves, à inteligência e à correta identificação de centros de gravidade, tornou possível a realização de ataques paralelos que paralisaram o inimigo nas primeiras quarenta e oito horas de conflito, DEPTULA (2001).

Tendo passado trinta anos da demonstração efetiva das operações baseadas em efeitos, denominadas OBE, e levando-se em consideração o atual estágio de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira e a renovação de sua estrutura doutrinária, bem como a crescente necessidade de interoperabilidades das Forças Armadas, este trabalho teve por objetivo analisar a influência dos conceitos de Operações Baseadas em Efeitos na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1/2020) e na Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (MD30-M-01/2020).

O estudo atende a linha de pesquisa do Poder Militar, no que se refere a Operações Baseadas em Efeitos, e partiu da hipótese de que os conceitos e princípios trazidos pela teoria da Força Aérea Norte-Americana influenciam, mesmo que de forma insipiente, a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira e a Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, visto que atrelam ao planejamento de nível estratégico, operacional e tático a necessidade de análise sistêmica do ambiente de conflito.

Assim, este trabalho reveste-se de importância para a Força Aérea Brasileira, por permitir a identificação dos conceitos e elementos trazidos pelas OBE, após três décadas de sua exitosa aplicação na Operação Tempestade no Deserto, em 1991, e pela oportunidade de verificar se a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira e a Doutrina de Operações Conjuntas, do Ministério da Defesa, atualizadas recentemente, no ano de 2020, possibilitam uma visão sistêmica do ambiente de conflito, levando em consideração outros domínios, como o diplomático, o político, o informacional, o econômico.

E, finalmente, a relevância do estudo justifica-se pela ocorrência de investimentos nas Forças Armadas, como o submarino de propulsão nuclear da Marinha do Brasil, o sistema Astros do Exército Brasileiro e o Projeto Lessonia, de

aquisição de satélites, da Força Aérea Brasileira. Sendo, portanto, primordial identificar se a doutrina está sendo solidificada na paz, para potencializar as novas capacidades que estão sendo desenvolvidas, com vistas a produzir efeitos decisivos e alcançar o estado final desejado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado em três tópicos: a tempestade no deserto: o renascimento do poder aéreo; as guerras e a tecnologia; e operações baseadas em efeitos: uma mudança no planejamento e na condução da guerra. O assunto é abordado de forma gradativa, primando pelos fatos históricos e apresentando as principais abordagens relacionada ao léxico OBE.

2.1 A Tempestade no Deserto: O Renascimento do Poder Aéreo.

Desde a utilização do avião como arma aérea, seus mais entusiásticos defensores, os primeiros teóricos do Poder Aéreo, Douhet e Mitchell, defendiam a sua independência das armas terrestres e sua grande capacidade de resolver as guerras, com menor atrição, de forma rápida, aplicando uma ofensiva de grande intensidade (ROSA, 2014).

A criação do Comando Aéreo Estratégico (SAC), nos Estados Unidos, materializou a ideia de colocar o Poder Aéreo em sua devida posição de arma estratégica. Segundo Deaile (2015), esta peculiar organização militar da Força Aérea Americana, durante mais de quarenta anos, desenvolveu métodos e doutrinas para uma possível ação de guerra nuclear, tendo o bombardeiro como vetor mais importante e decisivo da ofensiva norte-americana.

A ameaça constante da destruição mútua assegurada (MAD) acabou levando os conflitos de ideologia e influência das grandes potências para a periferia do mundo. A Guerra do Vietnã retratou muito bem essa nova realidade, segundo Pape (1996) a União Soviética e a China forneciam armas e equipamentos aos norte-vietnamitas comunistas e, os Estados Unidos, de um apoio inicial ao ameaçado Vietnã do Sul, acabou entrando em uma guerra desgastante, que lhe rendeu uma vitória amarga, após ter empreendido esforços em operações militares dispendiosas como as Operações *Rolling Tunder*, *Freedom Train*, *Linebacker I* e II.

A experiência da Guerra do Vietnã trouxe importantes ensinamentos para a potência norte-americana: seus modernos equipamentos e a utilização das bombas de precisão (PGM) não foram suficientes para terminar a guerra, os centros de gravidade do inimigo foram tardiamente identificados e a guerrilha norte-vietnamita mostrou-se resistente e determinada em seus objetivos.

Nesta mesma guerra, a tríade Clausewitziana mostrou-se presente quando o povo já não mais apoiava a perda de vidas e o dispêndio de recursos, e o Governo e as Forças Armadas não estavam harmonizados, quanto às adequadas estratégias e táticas a serem empregadas no conflito.

O período da guerra fria finalizou e a realidade bipolar, de relativa estabilidade, deu lugar a um mundo cada vez mais interconectado e interdependente, que segundo Villa, Reis (2006 apud NYE, 2002) é comparado a um tabuleiro de xadrez tridimensional, no qual em uma primeira dimensão estaria os Estados Unidos jogando sozinho, com o seu poder militar incontestável. Em uma segunda dimensão, a econômica, o poder estaria sendo dividido entre os EUA e outros atores, como a Europa e a China. E na terceira dimensão, prevaleceria um poder difuso, com a participação de atores não-estatais, empresas transnacionais, organizações internacionais.

É no contexto deste tabuleiro dinâmico, onde participam novos atores no cenário mundial, que interesses políticos e econômicos latejantes, destacam-se no início da década de 90, voltando a atenção às manobras de Sadam Hussein, no Iraque.

A Operação Tempestade no Deserto, ocorrida em 1991, representou o ápice do emprego do poder aéreo, foi uma resposta contundente à tentativa do Iraque de agregar ao seu território o Kuwait. Segundo Deptula (2001), os EUA e seus aliados obtiveram êxito por terem sido capazes de conduzir uma operação rápida e decisiva, resultante de profundas mudanças no planejamento e na condução da guerra.

As percepções de Deptula (2001) estão alicerçadas no alcance de efeitos específicos, a partir da exploração da tecnologia, com o implemento da precisão e da furtividade que trouxeram, dentre outros conceitos, a ideia de controle do inimigo ao invés de sua destruição e aniquilação.

2.2 As Guerras e a Tecnologia.

O salto tecnológico verificado na Operação *Desert Storm* é resultado de um contínuo desenvolvimento de novas armas, equipamentos que, impulsionados pela revolução industrial, vem transformando as características da guerra. Ademais, Vicente (2006) implementa às novas tecnologias, as novas táticas, doutrinas e organizações.

Lind (2005) classificou as quatro gerações de guerra de acordo com as características inerentes ao emprego de armamentos e às condutas dos beligerantes. A primeira geração é representada pelas batalhas napoleônicas, organizadas em linhas e colunas, que muito influenciaram a doutrina, a organização e a profissão militar.

A segunda geração veio acompanhada pelas inovações trazidas pela revolução industrial, como a utilização do avião na Primeira Guerra Mundial. A terceira geração apresentou, juntamente com os avanços nos equipamentos e armamentos militares, a tática de combate alemã, denominada guerra de movimento, caracterizada pela velocidade e surpresa da blitzkrieg.

A quarta geração marca a saída de um combate convencional entre Estados-Nação para um ambiente heterogêneo, composto por atores não estatais, assimétricos e irregulares, com interesses diversos, que não necessariamente estão ligados à conquista territorial, e que impulsionam seu poder de influência, por intermédio das redes de comunicação mundial, internet, a partir de células de atuação nos mais diversos locais do planeta.

Na classificação proposta por Lind (2005), verifica-se a influência da tecnologia em todas as gerações de guerra, o que vem ao encontro do enunciado de Filho (2009), o qual afirma que “a maneira pela qual os Exércitos se organizam e lutam sempre foi diretamente influenciada pela tecnologia disponível na época”.

Em razão do exposto e ainda que a tecnologia esteja intrinsicamente vinculada às vantagens do combate, segundo Fitzsimonds e Tol (1994) ela não é suficiente para garantir a eficácia militar, a exemplo da blitzkrieg, considerada uma revolução nos assuntos militares (RAM), por apresentar uma condução de guerra totalmente diferente, que imprimiu “uma derrota rápida e impressionante a uma força numericamente superior e qualitativamente comparável”. Assim, os autores transmitem o seguinte pensamento:

A mudança tecnológica pode revolucionar a guerra no próximo século. Nações que podem explorar tecnologias emergentes por meio de doutrina operacional inovadora e adaptação organizacional podem obter ganhos significativos em relativa eficácia militar. (FITZSIMONDS e TOL, 1994, p. 24, tradução nossa).

Desta forma, considerando o sucesso e a atuação impactante da arma aérea na Operação Tempestade no Deserto, este estudo foca na análise da influência das operações baseadas em efeitos na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira e na Doutrina de Operações Conjuntas, em consonância com a Política Nacional de Defesa (Brasil, 2020), a qual estabelece, dentre seus objetivos, a manutenção da capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas, a partir da “necessidade de contínuo aperfeiçoamento da técnicas e da doutrina de emprego das Forças, de forma singular e conjunta, com foco na interoperabilidade”.

2.3 Operações Baseadas em Efeitos: uma mudança no planejamento e na condução da guerra.

Assim como as batalhas terrestres permitiram a organização dos exércitos, o profissionalismo militar e o nascimento das doutrinas difundidas no ocidente, por Clausewitz e Jomini, a Guerra do Golfo apresentou um pensamento diferente de aplicação da capacidade militar e da tecnologia em prol de um Estado Final Desejado, que foi denominada Operações Baseadas em Efeitos (OBE).

Segundo Smith (2006), operações baseadas em efeitos são “conjuntos coordenados de ações com vistas a moldar o comportamento de amigos, neutros e inimigos em tempos de paz, de crise ou de guerra.” É mais que uma metodologia para a aplicação de novas tecnologias, Deptula (2001) afirma que “operações baseadas em efeitos exige um realinhamento básico no planejamento de guerra”.

O que significa dizer que o planejamento e a execução das operações devem ir além da expressão militar do poder nacional, deve envolver os setores políticos, econômicos, diplomáticos e outros que, conforme Batschelet (2002), deve resultar em “um processo de obtenção de resultados estratégicos ou de efeitos sobre o inimigo por meio da aplicação cumulativa e sinérgica de um amplo espectro de capacidades militares e não militares em todos os níveis do conflito.”

As operações baseadas em efeito não é algo inovador e, segundo Vicente (2006), “já vinham sendo aplicadas ao longo dos séculos, sem nunca ter tido o

sucesso operacional da atualidade”. De acordo com o autor, a Guerra do Golfo de 1991 representou o “nascimento das OBE da era moderna”.

Como toda proposição, a teoria de OBE ecoou nas doutrinas da Força Aérea Norte-Americana e do Estado-Maior Conjunto dos EUA, tendo dentre seus defensores, os autores Mann, Endersby e Searle, e dentre seus críticos, Milan Vego, então professor de Operações no Departamento de Operações Militares Conjuntas da Escola de Guerra Naval dos EUA.

Mann et al (2002) entendem as OBE como uma metodologia que não modifica as atuais formas de guerra e que buscam “planejar, executar e avaliar operações projetadas para atingir os efeitos necessários para alcançar os resultados desejados”. Na concepção dos autores, o planejamento das operações deve levar em consideração a pesquisa do ambiente de conflito, a determinação de objetivos políticos, o desenvolvimento de estratégias, a análise das missões e a avaliação de seus efeitos.

Por outro lado, Vego (2006) faz uma dura crítica às OBE, com base na dificuldade de sua implantação no Comando das Forças Conjuntas dos EUA, chega a afirmar que é apenas uma construção conceitual, dependente de indicadores e modelos matemáticos para medir efeitos imprevisíveis, sendo uma antítese da prática operacional, visto que “reforça as visões idealistas de muitos de que a guerra é uma ciência e não uma arte”.

No entanto, considerando a atualidade da proposta de Deputada (2001) de que “devemos expandir nosso pensamento e nos desengajar de noções obsoletas de guerra para aproveitar as oportunidades que estão por vir” e que as Forças Armadas devem estar preparadas para operar em todo o espectro de engajamento, foram exploradas, para fins de análise deste estudo, três abordagens de OBE: o inimigo como um sistema, o foco em efeitos e a inteligência.

2.3.1 O inimigo como um sistema.

Em pleno século XXI, lidar com a vasta gama de atores em um cenário mundial complexo, torna imprescindível a visão holística do inimigo e do ambiente de conflito que molda seus interesses e suas decisões. Segundo Warden (2012), os adversários devem ser analisados como sistemas, que funcionam de maneira

conectada e, se atingidos em suas fontes de poder ou centros de gravidade, podem ser moldados e paralisados sem, no entanto, ser necessária sua destruição.

Warden (2012) propõe a aplicação da estratégia dos cinco anéis concêntricos, de forma a planejar a identificação dos centros de gravidade (estratégicos, operacionais e táticos), priorizando as ações direcionadas do círculo interno ao mais externo, começando pela liderança e passando pelos processos, pela infraestrutura, pela população e pelas forças armadas.

O pensamento de Warden está alinhado à Teoria Geral dos Sistemas, proposto por Bertalanffy (1977) que, ao analisar o comportamento de um organismo vivo, chegou à conclusão de que o sistema é “o conjunto de unidades em inter-relações mútuas”.

É nessa interação de sistemas concorrentes que o tempo é primordial, segundo Toneli (2017) o tempo do ciclo OODA (observar, orientar, decidir e agir) proposto por John Boyd, deve ser comprimido de forma a impactar o processo de orientação e decisão do adversário, fazendo-o entrar em colapso, de forma a não reagir às investidas.

O domínio rápido do inimigo, a menor atrição na guerra, somados ao custo-benefício de resolver as dissidências de maneira pontual e menos violenta, mostrou-se possível nas operações baseadas em efeitos, que a partir da concepção de ações paralelas, buscam atingir diferentes alvos ao mesmo tempo, impactando nas variáveis de tempo, espaço e níveis de guerra.

A coalizão de países da Guerra do Golfo imprimiu a paralisia estratégica ao Iraque através da aplicação de uma guerra paralela, que conforme Deptula (2001) mudou o pensamento de aplicação das forças, substituindo as incursões em série, a partir da destruição de alvos sequenciais e individuais, pelas ações simultâneas, que ao combinarem furtividade e precisão, redefiniram o conceito de massa, abandonando o conceito de concentração de meios para a ação necessária para se alcançar um efeito devastador sobre um sistema de forças, infraestrutura, governo ou indústria.

Assim, Vicente (2006) afirma que ao compreender o inimigo como um sistema, atacando-o de forma paralela e transversal aos níveis de guerra, com simultaneidade e rapidez, é causada a paralisia estratégica e a redução do tempo do conflito, a partir do controle do sistema adversário ao invés do seu aniquilamento. Para demonstrar a efetividade das ações paralelas, o autor destaca que:

A estratégia empregada na Guerra do Iraque 2003, desde logo denominada de “Shock and Awe”, constitui a operacionalização de um conceito de ataques paralelos, em simultâneo e de forma rápida e precisa, produzindo efeitos devastadores, tanto físicos quanto psicológicos. O “choque e o temor” são alcançados não apenas em função do número de alvos destruídos, mas como resultado da destruição ou neutralização, num curto espaço de tempo, de um número significativo de alvos críticos para o funcionamento do adversário como sistema. (VICENTE, 2006, p. 239, tradução nossa)

Esse paradigma entre as operações baseadas em atrito e as operações baseadas em efeitos é abordado por Smith (2002), que analisa o ganho e a eficácia, em todo espectro de conflito, da paz ao combate, na produção de efeitos sobre os sistemas inimigos, que ao invés de sua destruição física, leva o oponente a agir de acordo com os interesses estratégicos estabelecidos.

2.3.2 O foco em efeitos.

Ainda que a ideia de destruição e aniquilação tenha prevalecido durante séculos de guerras, consolidada principalmente nas campanhas terrestres, as OBE apresentam o conceito de controle do inimigo, a partir de efeitos desejados que, conforme Deptula (2001), o levem a paralisia, não apenas impedindo seus meios para conduzir a guerra, mas sobretudo atingir a capacidade de controlar suas funções vitais.

Mann et al (2002) definem efeito como “o poder de gerar resultado, ou seja, influenciar”, consistindo em um espectro de eventos, resultados decorrentes de uma ação específica. Os autores, ainda, dividem os efeitos em diretos e indiretos, diferenciando-os pela ausência ou presença, respectivamente, de mecanismos intermediários entre o ato e o resultado.

Os efeitos diretos, de 1ª ordem, e os indiretos, a partir da 2ª ordem, podem ter natureza física, funcional ou psicológica. Os efeitos indiretos são sistêmicos e, portanto, demoram mais tempo para serem notados. Da mesma forma, conforme Mann et al (2002), os efeitos indiretos atingem em um “efeito cascata” os níveis mais baixos de emprego, do estratégico ao tático, por exemplo. E, por sua vez, os efeitos cumulativos surgem da agregação de efeitos diretos e indiretos, que normalmente fluem dos níveis mais baixos aos mais altos de emprego.

De forma exemplificativa, considerando o inimigo como um sistema, para alcançar o efeito desejado de interrupção de energia elétrica não é necessário destruir todas as centrais de energia, bastando afetar poucos alvos que colapsem

todo o sistema. A busca por efeitos além de estar relacionado a custos, que tendem a ser menores quando comparados a uma campanha de desgaste, está intrinsicamente relacionado à legitimidade das ações e à opinião pública.

Vicente (2006) afirma que independente do mecanismo a ser utilizado para provocar os efeitos desejados, o que importa é que o resultado corresponda ao objetivo estabelecido:

Através de operações psicológicas, nomeadamente o lançamento de panfletos, ou através de ações de sabotagem de forças especiais, ou suborno ou por ação deliberada do adversário sob percepção de que sua destruição estaria iminente. Outrora julgava-se que a derrota do inimigo só era alcançada após a destruição de seu exército. No entanto, o efeito desejado pode ser alcançado através da deserção ou rendição dos seus soldados, sem requerer a sua aniquilação. (VICENTE, 2006, p. 243, tradução nossa)

Assim, Deptula (2001) destaca que o foco nos efeitos deve ser a finalidade da estratégia, ao invés dos meios militares tradicionais para alcançá-los por intermédio da força, o que permite considerar formas diferentes e mais eficazes de alcançar o mesmo objetivo com menos recursos.

Essa perspectiva redefine a aplicação de forças e, segundo Deptula (2001) redefine o conceito de massa, que substitui a implementação da força por sua projeção, a partir do controle dos sistemas adversários, aliando tecnologia e metodologias focadas no estado final desejado.

O que significa dizer que a vitória pode ser alcançada de forma favorável, sem imprimir a destruição ao inimigo, reduzindo as baixas de recursos materiais e humanos e, atendendo a um apelo mundial de guerras mais rápidas, precisas e menos violentas.

2.3.3 A inteligência.

Os equipamentos modernos, as bombas de precisão e todo o aparato tecnológico disponível para realizar as OBE são otimizados a partir da atividade de inteligência, que proporciona o conhecimento do adversário, dos seus elos de relacionamentos com os diversos sistemas políticos, econômicos, psicossociais.

A capacidade de provocar e mensurar efeitos, diretos e indiretos, cinéticos ou não cinéticos, físicos ou psicológicos, é o pressuposto das OBE. Por isso o desafio

entendido por Vicente (2006) de identificar efeitos que conduzam aos objetivos desejados, definindo ações, que por sua vez não levem a resultados indesejados.

Depreende-se, portanto, a importância das informações e dos dados coletados pela inteligência como fonte imprescindível para a identificação do centro de gravidade próprio e do inimigo, conforme Filho (2009), bem como para a manutenção da consciência situacional do ambiente de conflito e do desenvolvimento da superioridade de decisão:

A superioridade de decisão reflete o estado em que as decisões tomadas são melhor informadas e implementadas mais rapidamente do que o adversário pode reagir, permitindo que o comandante possa condicionar o espaço de batalha de modo a melhor cumprir os seus objetivos. Tem dependência crítica no estabelecimento e manutenção de uma posição de domínio de informação em todas as fases das operações. Permite uma melhor compreensão da situação operacional do que o adversário, implicando uma melhoria da condução, coerência e eficácia das operações. (VICENTE, 2006, p. 243, tradução nossa)

Ademais, Deptula (2001) afirma que os planejadores devem interagir em conjunto com a inteligência para definir quais os efeitos desejados em cada sistema inimigo, correlacionando-o com os objetivos políticos, as vulnerabilidades inimigas e a capacidades que serão postas em ação para alcançar o resultado desejado.

A necessidade de informação atualizada e precisa, vinculada à capacidade de processamento de dados, a uma transmissão segura e interpretação adequada é um fator crítico para a redução da neblina da guerra de Clausewitz. Uma efetiva e contínua atividade de inteligência proporciona planejamentos mais claros e aumenta a probabilidade de decisões mais assertivas, realizadas no menor espaço de tempo.

Mann et al (2002) reconhecem duas áreas principais de desafio na implementação completa da metodologia de OBE, dentre elas a importância da inteligência para a atividade de Comando e Controle (C2):

O primeiro é modificar a doutrina de serviço e a doutrina conjunta para articular completamente o que pode ser alcançado com as OBE. Segundo, há questões importantes na área de C2 que devem ser abordadas. C2 representa talvez o maior dos três desafios discutidos aqui, uma vez que o C2 eficaz para as OBE depende de como a análise de inteligência e a avaliação de combate não são apenas realizadas, mas integradas ao processo de planejamento. (MANN et al, 2002, p.78, tradução nossa)

Desta forma, verifica-se a importância da análise de inteligência para melhor definir as ações que potencializarão os efeitos desejados. Ainda que não se garanta a plena confiabilidade das informações coletadas, estas são essenciais para a manutenção da consciência situacional no campo de batalha.

A essência da atividade de inteligência é capturada no pensamento estratégico de Sun Tzu, em sua obra A Arte da Guerra:

Aquele que conhece o inimigo e a si mesmo, ainda que enfrente cem batalhas, jamais correrá perigo. Aquele que não conhece o inimigo, mas conhece a si mesmo, às vezes ganha, às vezes perde. Aquele que não conhece o inimigo nem a si mesmo, está fadado ao fracasso e correrá perigo em todas as batalhas. (SUN TZU, 2007)

3 METODOLOGIA

Tomando por base o objetivo geral proposto, a presente pesquisa caracterizou-se por ser exploratória e articular mutuamente métodos qualitativos e quantitativos, denominada pesquisa quali-quantitativa. Assim, o estudo foi conduzido por uma fase qualitativa, para entender o fenômeno de OBE e identificar sua ocorrência nas doutrinas, e outra quantitativa que, a partir da tabulação dos dados coletados, permitiu a análise dos resultados alcançados.

A pesquisa qualitativa exploratória pautou-se na análise detalhada dos conceitos presentes nas Operações Baseadas em Efeitos, bem como na análise documental da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1/2020) e da Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (MD30-M-01/2020), a partir da hipótese de que as OBE, por seu pensamento sistêmico e versátil, estão com seus conceitos presentes na doutrina da Força Aérea Brasileira e de Operações Conjuntas.

Visando analisar os conceitos de Operações Baseadas em Efeitos e sua influência nos documentos doutrinários, foram delineados três objetivos específicos, sendo o primeiro (OE1) a análise dos conceitos que permeiam as OBE, principalmente aqueles que remetem à uma abordagem sistêmica do ambiente de conflito.

Para atingir o primeiro objetivo específico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica dos principais títulos, livros, artigos que tratam do assunto em pauta. Após uma análise crítica dos princípios e conceitos da teoria, foi necessário limitar este estudo à exploração de três abordagens de OBE, a saber: o inimigo como um sistema, o foco em efeitos e a inteligência.

A determinação de unidades de análise, denominadas como abordagens, permitiu a organização dos dados, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Eixos de abordagem.

Abordagem	Descrição
O inimigo como um Sistema	Análise holística do ambiente de conflito, considerando todas as expressões do Poder Nacional.
O foco em efeitos	Reconhecimento da importância dos efeitos em detrimento aos meios, podendo ser efeitos físicos, comportamentais, cognitivos.
A inteligência	A importância da coleta e interpretação de dados, análise e transmissão de informações, mensuração de efeitos.

Fonte: A autora.

Apresenta-se, dessa forma, a primeira limitação deste estudo, que em razão de seu escopo e abrangência, restringiu-se a abordar três tópicos, com base no referencial teórico, o que não afeta, contudo, a validação dos resultados.

Realizada a análise conceitual das OBE, foi alcançado o primeiro objetivo específico e foram definidas variáveis independentes que permearão as análises dos próximos objetivos específicos OE2 e OE3, que identificam os conceitos e princípios das OBE presentes na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira e na Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, respectivamente.

A DCA 1-1/2020 e o MD30-M-01/2020 constituem a fase documental do trabalho e as variáveis dependentes da pesquisa. A escolha pelas normas deveu-se ao fato que a DCA 1-1 é a diretriz que orienta o preparo e o emprego da Força Aérea Brasileira em seu nível estratégico, em conformidade com a Concepção Estratégica Força Aérea 100, e o MD30-M-01 por estabelecer parâmetros para o emprego conjunto das Forças Armadas de um Comando Operacional ativado. Ressalta-se a oportunidade e a tempestividade da análise, visto que ambas as publicações foram revisadas recentemente, no ano de 2020.

A presente amostra documental se justifica por sua representatividade e relevância no âmbito doutrinário da Força Aérea Brasileira e do Ministério da Defesa, no que diz respeito ao emprego conjunto das Forças Armada, nos níveis estratégico e operacional, e por assim requerer uma perspectiva compreensiva e hermenêutica em sua análise, estando alinhada ao objetivo geral da pesquisa.

Para identificar a aplicação dos conceitos delimitados no OE1, foram estabelecidos os objetivos específicos OE2 e OE3. O OE2 visou identificar na Doutrina Básica da Força Aérea as abordagens de OBE. E o OE3, por sua vez, buscou identificar as referidas abordagens na Doutrina de Operações Conjuntas.

Para fins de análise das abordagens selecionadas nas doutrinas, foram elaboradas tabelas individualizadas, que retrataram a frequência de aparecimento destes conceitos em cada documento doutrinário, levando em consideração os parâmetros abaixo:

Quadro 2 – Critérios para análise das doutrinas.

Critério	Descrição
Citação direta e coerente (CDC)	As abordagens de OBE aparecem explícitas na doutrina e de acordo com os conceitos apresentados no Referencial Teórico.
Citação direta e divergente (CDD)	As abordagens de OBE aparecem explícitas na doutrina, mas são apresentadas com conceitos divergentes dos apresentados no Referencial Teórico.
Citação implícita (CI)	Apesar de os conceitos não estarem expressamente designados como OBE, suas ideias estão relacionadas com as abordagens do Referencial Teórico.

Fonte: A autora.

Considerando que todas as análises comparativas entre a base bibliográfica e documental da pesquisa foram de cunho qualitativo, fez-se necessário estabelecer critérios mensuráveis, quantitativos, conforme Quadro 2, que demonstrassem a ocorrência dos conceitos de OBE nas doutrinas.

As citações foram classificadas de acordo com a aderência aos conceitos de OBE, sendo classificadas como citações diretas coerentes (CDC) e citações diretas divergentes (CDD), como uma forma de analisar se as doutrinas estão alinhadas com os pensamentos dos teóricos que embasaram o presente estudo.

Prevendo a possibilidade de as abordagens de OBE não constarem de forma expressa nas legislações, foram consideradas na análise a presença de citações implícitas (CI) que remetam aos conceitos estudados ou que mostrem um inter-relacionamento coerente.

Definidos os parâmetros, procedeu-se à leitura minuciosa da documentação, sendo os trechos devidamente classificados conforme os Quadros 1 e 2, e posteriormente compilados nos Apêndices A, B e C, correspondentes às abordagens estabelecidas, que demonstram a ocorrência e a análise dos conceitos de OBE.

Para atender à transparência da análise, bem como demonstrar a seleção dos trechos, as informações foram identificadas por norma, página e considerações de enquadramento em cada conceito relacionado.

A limitação da metodologia da pesquisa encontra-se na objetividade das doutrinas pesquisadas e na capacidade da autora em interpretar as teorias e as legislações, visto que em uma abordagem qualitativa se faz necessária, em alguma medida, a produção de inferência, de modo a alcançar a compreensão de conceitos que vão além do que está expressamente declarado. Da mesma forma, não é objeto deste estudo o aprofundamento em assuntos técnicos, sendo privilegiadas somente as informações relevantes para o atingimento do objetivo proposto.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da metodologia estabelecida para o presente estudo, a qual elencou abordagens e critérios para a análise dos conceitos de OBE nas doutrinas selecionadas, os dados e a análise dos resultados serão apresentados em tópicos, sendo três referentes às abordagens de “o inimigo como um sistema”, “o foco em efeitos” e “a inteligência”, e outro de análise final, que compila e analisa os dados apresentados em cada abordagem e, à luz do referencial teórico, responde ao objetivo da pesquisa.

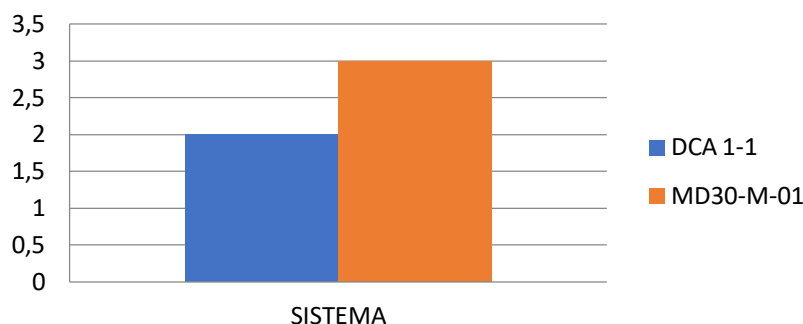
4.1 O inimigo como um sistema

Os resultados da pesquisa encontrados após a análise da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1/2020) e da Doutrina de Operações Conjuntas (MD30-M-01/2020), em seus volumes 1 e 2, encontram-se apresentados na tabela 1 e, representados em suas quantidades totais, no gráfico 1:

Tabela 1 – Quantidade de citações na abordagem “sistema”.

CRITÉRIOS	DCA 1-1/2020		MD30-M-01/2020	
	Quantidade (Vol 1)	Quantidade (Vol 2)	Quantidade (Vol 1)	Quantidade (Vol 2)
CDC	2	0	0	2
CDD	0	0	0	0
CI	0	0	1	0
Total	2	0	1	2

Fonte: A autora.

Gráfico 1 – Abordagem “sistema”.

Fonte: A autora.

A abordagem de “sistema”, apesar de apresentar quantitativamente menos citações diretas em relação às demais abordagens analisadas, aparece de maneira relevante como referência histórica na DCA 1-1/2020, volume 1, a qual apresenta a teoria estratégica dos anéis concêntricos de Warden (2012) e o conceito de centro de gravidade.

O conceito de sistemas permeia as duas legislações, aparecendo de forma genérica e conceitual, proporcionando subsídios às abordagens de efeitos e inteligência, como se verifica nas Operações de Informação, que agrega à dimensão informacional as componentes física, lógica e cognitiva dos sistemas.

Cabe ainda destaque a citação constantes na MD30-M-01/2020, volume 2, que traz em seu exame de situação operacional a necessidade de análise dos inimigos, dos amigos e dos neutros, verificando fatores de forças e fraquezas, oportunidade e ameaças, bem como a informação de conjuntura e seu inter-relacionamento com as demais expressões do Poder Nacional. A presença dessa análise não só do inimigo, mas do ambiente operacional, de forma sistêmica e integrada, corrobora as ideias de Vicente (2006).

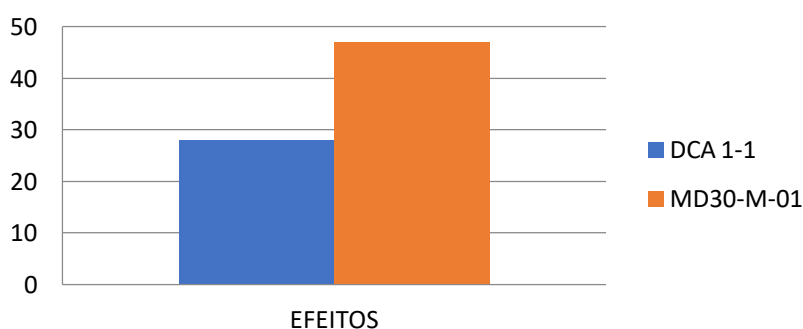
4.2 O foco em efeitos

Os resultados da pesquisa encontrados após a análise da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1/2020) e da Doutrina de Operações Conjuntas (MD30-M-01/2020), em seus volumes 1 e 2, encontram-se apresentados na tabela 2 e, representados em suas quantidades totais, no gráfico 2:

Tabela 2 – Quantidade de citações na abordagem “efeitos”.

CRITÉRIOS	DCA 1-1/2020		MD30-M-01/2020	
	Quantidade (Vol 1)	Quantidade (Vol 2)	Quantidade (Vol 1)	Quantidade (Vol 2)
CDC	15	11	12	34
CDD	0	0	0	0
CI	0	2	1	0
Total	15	13	13	34

Fonte: A autora.

Gráfico 2 – Abordagem “efeitos”.

Fonte: A autora.

A DCA 1-1/2020, em seus volumes 1 e 2, apresenta o estreito relacionamento das tarefas, ações e missões da Força Aérea com os efeitos a serem alcançados, ratificando a ideia de Deptula (2020) de que os efeitos criados para mudar o comportamento do inimigo são mais importantes que seu aniquilamento.

O volume 1 da DCA 1-1/2020, ao abordar aspectos históricos, conceituais e acadêmicos, traz em seu item 2.3.6 a evolução da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira para a abordagem funcional em torno de capacidades essenciais com base na produção de efeitos.

A abordagem de “efeitos” está explicitamente presente nos princípios do Poder Aeroespacial. Dentre eles, verificou-se que princípio da economia de forças ou de meios está voltado para o emprego judicioso dos recursos em prol da produção de efeitos de caráter estratégico.

O princípio da massa, por sua vez, muda a concepção de quantidade de meios para a ideia de obtenção de efeitos, em consonância com a declaração de Deptula (2001), estando diretamente relacionados à evolução tecnológica e ao emprego de precisão dos armamentos.

O princípio da surpresa busca afetar o ciclo de decisão do oponente a partir da produção de efeitos decisivos que venham causar a paralisia estratégica do inimigo, incapacitando-o física e/ou mentalmente de reagir aos estímulos recebidos, conceito este relacionado ao ciclo OODA de John Boyd.

Cabe ainda destaque, na DCA 1-1/2020, a exploração dos conceitos de operações multi-domínios e efeitos sinérgicos, provenientes da interoperabilidade das Forças Armadas atuando nos domínios aéreo, terrestre, marítimo, espacial e cibernético.

Ao analisar a Doutrina de Operações Conjuntas, em seus volumes 1 e 2, verificou-se que a estrutura do Comando Operacional Conjunto, bem como suas principais competências e atribuições estão vinculados ao alcance de efeitos desejados, conforme classificação apresentada por Mann et al (2002), podendo ser cinéticos ou não cinéticos, diretos ou indiretos, físicos ou cognitivos.

E constatou-se na MD30-M-01/2020 a preocupação de não apenas planejar com base em efeitos, mas sobretudo providenciar sua avaliação, interpretação e mensuração, a partir de indicadores com atributos de relevância, disponibilidade e oportunidade, de modo a verificar se os efeitos produzidos estão contribuindo para o alcance do estado final desejado.

Em ambas as doutrinas, DCA 1-1/2020 e MD30-M-01/2020 a obtenção de efeitos está vinculada às atividades de Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética, Operações de Informação e Operações Psicológicas, esta última com o objetivo de influenciar comportamentos, atitudes, sentimentos, emoções e opiniões, corroborando as afirmações de Vicente (2006).

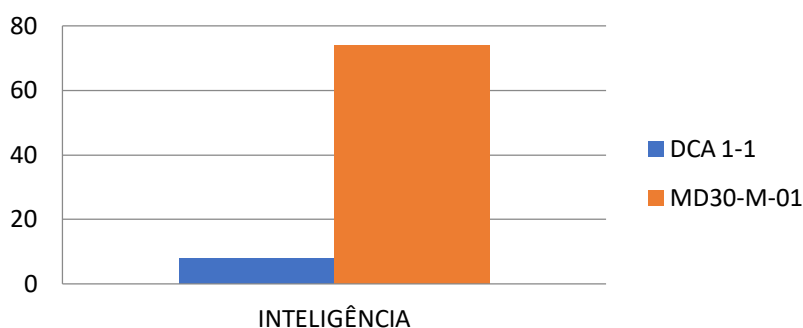
4.3 A inteligência

Os resultados da pesquisa encontrados após a análise da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1/2020) e da Doutrina de Operações Conjuntas (MD30-M-01/2020), em seus volumes 1 e 2, encontram-se apresentados na tabela 3 e, representados em suas quantidades totais, no gráfico 3:

Tabela 3 – Quantidade de citações na abordagem “inteligência”.

CRITÉRIOS	DCA 1-1/2020		MD30-M-01/2020	
	Quantidade (Vol 1)	Quantidade (Vol 2)	Quantidade (Vol 1)	Quantidade (Vol 2)
CDC	2	5	50	22
CDD	0	0	0	0
CI	0	1	2	0
Total	2	6	52	22

Fonte: A autora.

Gráfico 3 – Abordagem “inteligência”.

Fonte: A autora.

A abordagem de “inteligência” foi a que mais apresentou incidência no número de citações das abordagens analisadas, no total de 82, com destaque para a Doutrina de Operações Conjuntas que apresentou 74 ocorrências, estando a maior parte presente no volume 1, o qual aborda os conceitos doutrinários de emprego conjunto.

Inicialmente, o que se verifica no decorrer da análise de ambas as doutrinas é a forte presença das ações de inteligência nas diversas atividades de preparo e emprego das Forças Armadas, em todos os níveis, estratégico, operacional e tático.

A atividade de inteligência demonstrou fazer parte das principais competências e atribuições do Estado-Maior Conjunto e de seus setores, devendo existir desde os períodos de paz. Ademais, mostra-se imprescindível para a análise do ambiente operacional, a manutenção da consciência situacional do decisor e o adequado planejamento das operações.

Os conceitos de inteligência constantes da doutrina MD30-M-01/2020 envolvem dados, informações, conhecimentos, conjuntura, levantamento estratégico de área, sistema de alvos, avaliação de danos e muitas outras, tais como as

possibilidades do inimigo, corroborando as ideias apresentadas por Filho (2009) e demais estudiosos das OBE.

As ações de inteligência são apresentadas de forma diversificada e envolvem diversas fontes, tais como: a humana, de sinais, imagens, cibernéticas, acústicas, fontes abertas. A inteligência configura como um fator de êxito nas Operações Especiais, Operações de Informação, Operações Psicológicas, Operações Logísticas e, em consonância com os conceitos postulados por Deptula (2001), verificou-se que ela está presente em todas as fases do planejamento, da execução e do controle das operações.

O domínio do conhecimento se torna um multiplicador de efeitos, visto que a inteligência, com sua característica ágil, flexível e abrangente, proporciona a informação no momento oportuno, no lugar certo, à pessoa apropriada. Daí o destaque apresentado, em ambas as doutrinas, da necessidade de gerenciamento da informação para as atividades de Comando e Controle, confirmando tal essencialidade defendida por Mann et al (2002), evitando desperdício de tempo e problemas de retrabalho em caso de falha na comunicação.

Desta forma, sendo a inteligência um ponto crítico de sucesso da OBE, conforme Vicente (2006), verifica-se positivamente o quanto este conceito está arraigado nas doutrinas analisadas.

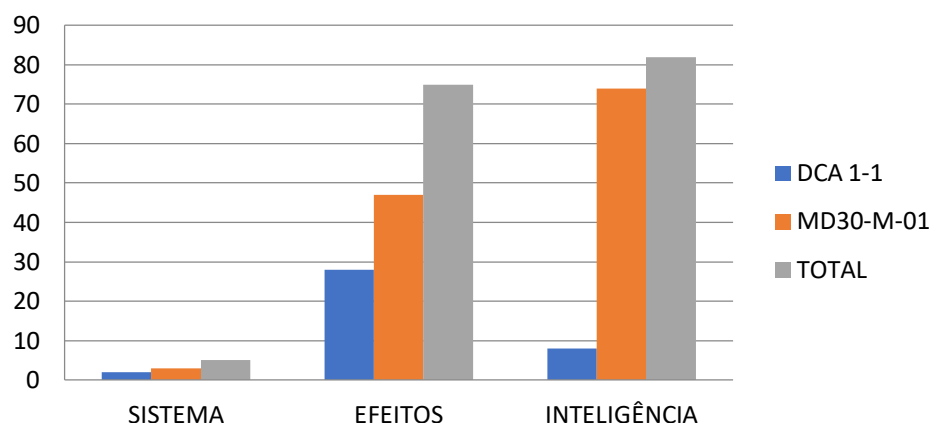
4.4 Apresentação compilada dos dados e análise dos resultados

Como forma de proporcionar uma visualização geral dos dados, a tabela 4 e o gráfico 4 apresentam as quantidades de citações por norma, agrupando os critérios por abordagens analisadas:

Tabela 4 – Quantidade geral de citações por norma e abordagem.

ABORDAGENS	DCA 1-1/2020	MD30-M-01/2020	TOTAL
SISTEMA	2	3	5
EFEITOS	28	47	75
INTELIGÊNCIA	8	74	82

Fonte: A autora.

Gráfico 4 – Representação geral de normas e abordagens.

Fonte: A autora.

Conforme apresentado, os dados informam uma quantidade considerável de citações diretas e coerentes (CDC) das abordagens de OBE nas legislações analisadas, não sendo identificado qualquer trecho com referência incoerente ou em oposição aos conceitos apresentados.

Buscou-se, na análise dos excertos, priorizar a abordagem que mais se destacava e se apresentava de forma direta, para fins de classificação das citações de acordo com as abordagens estabelecidas. O que se percebe, porém, nas análises constantes dos Apêndices A, B e C é que os conceitos de sistemas, efeitos e inteligência são interdependentes.

Finalizadas as análises propostas nesta pesquisa, não coube realizar uma análise comparativa entre DCA 1-1/2020 e MD30-M-01/2020, tentando identificar qual norma está mais aderente aos conceitos de OBE. Tal comparação torna-se impertinente pelo fato de a quantidade de citações identificadas não refletirem necessariamente algum grau de importância ou relevância que permita comparar objetivamente as normas.

Da mesma forma, torna-se inadequada a aplicação de percentuais numéricos que venham a estabelecer prioridades entre as abordagens ou que venham demonstrar o quanto determinada norma é influenciada pelos conceitos de OBE. Tal fato deve-se aos diferentes níveis das doutrinas e à constatação de que as abordagens analisadas são inter-relacionadas. Sendo assim, a análise quantitativa figurou como um subsídio para a interpretação do fenômeno OBE nas legislações, escopo deste estudo.

Vale ressaltar, ainda, que a amostragem de doutrinas em diferentes níveis, incrementou valor e diversidade à pesquisa, visto que possibilitou a análise de conceitos mais etéreos, do nível estratégico, aos mais práticos e pragmáticos, do nível operacional.

Assim, a partir da apresentação dos dados, suficientes e contribuintes, e das evidências reveladas, as quais balizaram a análise dos resultados apresentados, resta alcançado o objetivo da pesquisa e corroborada a hipótese de que os conceitos e a metodologia de planejamento das operações baseadas em efeitos (OBE) estão presentes e influenciam a doutrina da Força Aérea Brasileira e a Doutrina de Operações Conjuntas.

5 CONCLUSÃO

O objetivo da presente pesquisa foi, a partir do marco histórico de trinta anos da campanha aérea da Operação Tempestade no Deserto, ocorrida em 1991, no Iraque, analisar se os conceitos e a metodologia de planejamento das Operações Baseadas em Efeitos (OBE) influenciam a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1/2020) e a Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (MD30-M-01/2020).

Inicialmente, foi realizada uma contextualização histórica, a partir da criação dos Estados-Nação com a Paz de Vestfália, a revolução industrial e suas consequências na célere transformação dos conflitos armados, visíveis nas duas grandes guerras mundiais, passando pela ameaça nuclear da Guerra Fria e chegando nas ameaças atuais de conflitos irregulares, de exploração da dimensão informacional e da atuação de atores não estatais.

No âmbito Brasil, foi apresentada a Política Nacional de Defesa e seu compromisso político com a defesa da nação, sua soberania e integridade territorial. Estando inserida neste contexto a Força Aérea Brasileira, que nas últimas décadas tem investido na aquisição de modernos vetores, como o F-39 e o KC-390, e reestruturado a sua gestão institucional sob a égide da Concepção Estratégica Força Aérea 100.

Ao se vislumbrar uma força aérea tecnologicamente moderna, apta para ser empregada de forma efetiva e impactante, remeteu-se imediatamente ao conceito de

Operações Baseadas em Efeitos, cuja metodologia balizou o planejamento da vitoriosa Operação *Desert Storm*.

Ao estudar as Operações Baseadas em Efeitos foram pesquisados livros, artigos e analisados os textos de alguns teóricos, cujos argumentos contribuíram para a composição do referencial teórico desta pesquisa.

A Metodologia adotada consistiu na mútua cooperação entre os métodos qualitativo e quantitativo, sendo a pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. Para o alcance do objetivo geral da pesquisa foram estipulados três objetivos específicos, sendo o OE1 a análise bibliográfica de títulos que abordavam as OBE, de forma a identificar os conceitos que remetessem à análise sistêmica do ambiente de conflito. E os OE2 e OE3, como parte da pesquisa documental, tinham o propósito de identificar a presença de conceitos de OBE na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira e na Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa.

A amostragem das legislações selecionadas justificou-se pela oportunidade de analisar normas recém revisadas em 2020 e, principalmente, ter uma visão crítica da recepção desses conceitos em uma doutrina a nível estratégico, no âmbito da Força Aérea Brasileira, e outra a nível estratégico e operacional, com foco na interoperabilidade, representada pela Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, a qual estabelece diretrizes para o emprego conjunto das forças componentes de um Comando Operacional.

A partir do estudo das OBE, verificou-se a existência de um vasto espectro de análise do tema, sendo necessário delimitar a pesquisa em três abordagens: o inimigo como um sistema, o foco em efeitos e a inteligência. Desta forma, ficaram definidas as variáveis independentes.

Fez-se necessária a determinação de parâmetros, de forma a melhor classificar e analisar os conceitos identificados nas normas. Assim, foram estabelecidos os critérios de: Citação Direta e Coerente (CDC), Citação Direta e Divergente (CDD) e Citação Implícita (CI), esta última considerando a possibilidade de as abordagens não estarem expressas, mas sendo possível identificar trechos com ideias relacionadas aos conceitos do referencial teórico.

As informações foram organizadas em planilhas, separadas por abordagem, conforme Apêndices A, B e C, evidenciando a norma, o item, a página, o critério aplicado e as devidas considerações decorrentes da análise realizada. De posse das

citações, estas foram quantificadas por critérios e abordagens, posteriormente expressas em tabelas e gráficos, o que permitiu uma melhor visualização dos dados coletados.

Ao analisar os resultados, constatou-se que as doutrinas pautam seus planejamentos e ações com base em uma visão holística, que leva em consideração o inter-relacionamento de diferentes atores, a importância da produção de efeitos diretos e indiretos, físicos e psicológicos, bem como a imprescindível atuação da inteligência na obtenção de conhecimentos para a adequada compreensão do ambiente operacional, sendo esta última abordagem a de maior incidência da pesquisa.

Considerando que os conceitos e as abordagens são interdependentes, tornou-se impertinente comparar as normas entre si, seja de forma quantitativa ou qualitativa, visto que a demonstração de citações não avalia o mérito de maior ou menor aderência aos conceitos de OBE.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi plenamente alcançado, restando corroborada a hipótese de que os conceitos e princípios trazidos pela teoria das Operações Baseadas em Efeitos influenciam a Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira e a Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, visto que atrelam ao planejamento de nível estratégico, operacional e tático à necessidade de análise sistêmica do ambiente de conflito, o foco em efeitos e a análise de inteligência indispensáveis ao atingimento dos objetivos propostos.

Ressalta-se como limitação desta pesquisa a vasta gama de informações presentes nas normas, as quais sendo interdependentes, foram classificadas em uma única abordagem, considerada mais relevante.

Finalmente, os resultados da pesquisa poderão subsidiar a análise das Operações Aeroespaciais e as Operações Conjuntas no sentido de verificar se a doutrina está sendo aplicada de forma adequada, se os efeitos estão sendo mensurados e se a inteligência está sendo um diferencial para o êxito das ações.

REFERÊNCIAS

BATSCHELET, Allen W. **Effects-based operations: A New Operational Model?** Pennsylvania: U.S. Army War College, 2002.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1977.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa (2020)**. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º). Disponível em https://iepecdg.com.br/wpcontent/uploads/2020/07/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf. Acesso em 29 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1.597/GC3, de 10 de outubro de 2018. Aprova a reedição da DCA 11-45 "Concepção Estratégica - Força Aérea 100". **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 180, f. 11265, 15 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Portaria Nº 1.224/GC3, de 10 de novembro de 2020. Aprova a reedição da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira - Volume 1 (DCA 1-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 205, f. 14971, 12 nov. 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Portaria Nº 1.225/GC3, de 10 de novembro de 2020. Aprova a reedição da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira - Volume 2 (DCA 1-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 205, f. 14971, 12 nov. 2020b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Portaria Normativa nº 84/GM-MD, de 15 de setembro de 2020. Aprova a Doutrina de Operações Conjuntas – MD30-M-01/Volumes 1 e 2 (2ª Edição/2020). **Diário Oficial da União**, n. 178, de 15 set 2020c.

DEAILE, Melvin G. **The Sac Mentality: The Origins of Strategic Air Command's Organizational Culture, 1948-51**. Air & Space Power Journal, n. 2, 2015.

DEPTULA, David A. **Effects-based Operations: change in the nature of warfare**. Arlington: Aeospace Education Foundation, 2001.

FILHO, Ivan F. N. **Operações Baseadas em Efeitos**. 2009. Artigo Científico – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

FITZSIMONDS, James. TOL, Jan VAN. "Revolutions in Military Affairs". **Joint Forces Quarterly**, Spring 1994.

FUKUYAMA, Francis. **The end of History?**. National Interest, n. 140. Washington: Center for National Interests, 1989.

HUNTINGTON, S.P. The clash of civilizations? **Foreign Affairs**, v.71, n.3, p. 22-49. Nova Iorque: Council of Foreign Relations, 1993.

LIND, W.S. "Compreendendo a Guerra de Quarta Geração." **Military Review (Edição Brasileira) Jan-Fev 2005, p. 12-17**. Kansas: Centro de Armas Combinadas, 2005.

MANN, Edward C; ENDERSBY, Gary; SEARLE, Thomas R. **Thinking effects**. Alabama: Air University Press, 2002.

PAPE, Robert. **Bombing to Win: air power and coercion in war**. London: Cornell University Press, 1996.

PAYNE, Keith B. WALTON, C. Dale. Deterrence in the Post-Cold War World. In: BAYLIS, John. WIRTZ, James. COHEN, Eliot. GRAY, Colin S. **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies**. New York: Oxford, 2002, pp. 161-182 (Arquivo BAYLIS et al, 2002).

ROSA, Carlos E. V. **Poder Aéreo: Guia de Estudos**. Rio de Janeiro: Luzes, 2014.

SMITH, Edward Allen. **Effects Based Operations: applying network centric warfare in peace, crisis and war**. Washington: CCRP, 2006.

TONELI, Arthur A. G. **O relógio da guerra: Uma introdução à influência do tempo no ciclo decisório de John Boyd**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Comando e Estado-Maior) – Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Rio de Janeiro, 2017.

TZU, Sun. **A arte da guerra: os treze capítulos originais**. Tradução de Nikko Bushidô. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

VEGO, Milan N. **Effects-Based Operations: a critique**. Joint Forces Quarterly, v.41, n.2. Washington: National Defence University, 2006.

VICENTE, João Paulo Nunes. **Operações baseadas em efeitos: o paradigma da guerra do século XXI**. Jornal Defesa e Relações Internacionais, 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62685507.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

VILLA, Rafael Duarte. REIS, Rossana Rocha. A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de Pesquisa. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica**, n. 62, 2006.

WARDEN III, John A. **A Estratégia e o Poder Aéreo**. Air & Space Power. Jornal em Português, Chicago, v. 24, n. 1, p. 3-16, 2012.

WRIGHT, Q. **A guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1988.

APÊNDICE A – Análise da abordagem “sistema”

DOCUMENTO:	DCA 1-1/2020	Volume 1
ITEM	Página: 9	Critério: CDC
1.2.2 CENTRO DE GRAVIDADE	Ponto crítico de um sistema , cujo funcionamento é imprescindível à sobrevivência do conjunto. Todo sistema possui um Centro de Gravidade (CG), que é encontrado nos níveis estratégico, operacional ou tático.	
Considerações:	Considera que o ambiente é um sistema de sistemas complexo, onde o centro de gravidade (CG) é um ponto crítico.	
ITEM	Página: 25	Critério: CDC
3.2.6 QUARTA GERAÇÃO	3.2.6.1 John Warden III também trabalhou o tema da paralisia, associando à ideia a palavra estratégica, porém sob o ponto de vista sistêmico do oponente . Assim, concebe o inimigo como um sistema , resgata a ideia de centro de gravidade e apresenta o modelo dos cinco anéis concêntricos: a liderança, os sistemas essenciais, a infraestrutura, a população e as forças militares.	
Considerações:	Warden analisa o inimigo como um sistema.	

DOCUMENTO:	MD30-M-01/2020	Volume 1
ITEM	Página: 195	Critério: CI
CAPÍTULO XIV – AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 14.2 Fundamentos Básicos	14.2.1 As Informações e a Dimensão informacional Essa dimensão é composta de três componentes inter-relacionadas que interagem continuamente entre si e com outros indivíduos, organizações e sistemas. Tais componentes são: a física, a lógica e a cognitiva. (...) Nessa dimensão e sob a perspectiva sistêmica, ocorrem ações como: produção, registro, coleta, busca, autenticação, análise, síntese, compartilhamento, armazenamento, recuperação (...).	
Considerações:	A percepção sistêmica das Operações de Informação, que podem ocasionar efeitos a partir de suas componente física (instalações de C2), componente lógica (sistemas operacionais de comunicação) e componente cognitiva (emoções, crenças).	

DOCUMENTO:	MD30-M-01/2020	Volume 2
ITEM	Página: 41	Critério: CDC
CAPÍTULO V – EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL 5.2 Fase 1 – Avaliação do Ambiente Operacional e Análise da Missão	5.2.3.4 Análise da Situação Atual e da Situação Desejada 5.2.3.4.2 Para produzir uma visão holística dos sistemas relevantes oponentes , neutros e amigos dentro de um universo maior que inclui muitas influências externas, a análise deve definir como esses sistemas se inter-relacionam.	
Considerações:	Referência à importante análise sistêmica do ambiente operacional.	
ITEM	Página: 216	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Determinação do Centro de Gravidade	2. ANÁLISE DO CENTRO DE GRAVIDADE 2.1 Um dos métodos consagrados de análise do CG busca analisar um ator como um sistema , a fim de identificar ações, meios e condições que precisam ser estabelecidas para alcançar objetivos próprios, sendo baseado em quatro conceitos inter-relacionados (...).	
Considerações:	A análise de todos os atores como um sistema.	

APÊNDICE B – Análise da abordagem “efeitos”

DOCUMENTO:	DCA 1-1/2020	Volume 1
ITEM	Página: 9	Critério: CDC
1.2.1 AÇÃO DE FORÇA AÉREA	Ato de empregar, no nível tático, Meios Aeroespaciais e de Força Aérea para causar um ou mais efeitos desejados em uma campanha ou operação militar.	
Considerações:	Ação realizada com enfoque nos efeitos desejados	
ITEM	Página: 11	Critério: CDC
1.2.17 MISSÃO DE FORÇA AÉREA	Ação de Força Aérea atribuída a um comandante de aeronave, líder de formação de aeronaves, comandante de unidade terrestre ou comandante de fração de tropa, com a finalidade de provocar efeitos de interesse militar .	
Considerações:	Ação realizada com enfoque nos efeitos desejados	
ITEM	Página: 11	Critério: CDC
1.2.20 OPERAÇÕES MULTI-DOMÍNIOS	São operações realizadas em um Domínio de modo a potencializar ou intensificar as operações em outros domínios. Utiliza-se de capacidade independente para se criar efeitos convergentes a partir dos Domínios Aéreo, Terrestre, Marítimo, Espacial e Cibernético. Esses efeitos criam um problema amplo e único para o adversário lidar . Incluem uma variedade de ações combinadas com eficientes sistemas de C ² amigo, promovendo efeitos em velocidade e em intensidade maiores do que a possibilidade de resposta do adversário , gerando dilemas que exijam soluções complexas e acima de suas capacidades.	
Considerações:	Criação e potencialização dos efeitos	
ITEM	Página: 16	Critério: CDC
2.3 EVOLUÇÃO DA DOUTRINA BÁSICA DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	2.3.6 Finalmente, a edição de 2012 exigiu alguma adaptação às mudanças que ocorreram nas relações decorrentes da consolidação do Ministério da Defesa no campo doutrinário. (...) Destaca-se, também, a nova abordagem funcional em torno de capacidades essenciais, tarefas e ações de força aérea, cuja vinculação aos documentos de Defesa, tais como a Estratégia Nacional de Defesa, representam uma adesão, seguindo uma tendência internacional, ao continuum entre estratégia, tarefa e efeitos .	
Considerações:	Considera a importância dos efeitos na evolução da doutrina FAB.	
ITEM	Página: 32	Critério: CDC
3.5.4 ECONOMIA DE FORÇAS OU DE MEIOS	Os Meios Aeroespaciais e de Força Aérea possuem alto valor agregado, crescente complexidade científico-tecnológica e demandam intensa capacitação para a operação das plataformas e sistemas d'armas. Em face dessas condicionantes, a quantidade de meios disponíveis para emprego (tanto recursos materiais quanto humanos) exige que seu emprego seja realizado de forma judiciosa, voltado para a obtenção de efeitos mormente de caráter estratégico , aproveitando a oportunidade de se atingir o centro de gravidade.	
Considerações:	A importância de se obter os efeitos estratégicos	

ITEM	Página: 33	Critério: CDC
3.5.7 MASSA	Esse princípio, em decorrência da evolução tecnológica aeroespacial que ampliou sobremaneira a precisão no emprego de armamento, tem sofrido uma variação conceitual. A guerra aeroespacial tem demonstrado que a quantidade de meios, outrora um fator essencial nas operações aéreas, cede espaço à ideia de massa na obtenção de efeitos . Obviamente que é desejável ser superior ao inimigo em termos de quantidade, porém o conceito de massa, atualmente, não significa essencialmente maior número, tampouco maior concentração de meios em pontos decisivos. O princípio da massa, no âmbito da guerra aeroespacial moderna, está diretamente relacionado aos efeitos resultantes das Ações de Força Aérea.	
Considerações:	Mudança do princípio de massa, com enfoque nos efeitos.	
ITEM	Página: 34	Critério: CDC
3.5.12 SEGURANÇA	Consiste na preservação da capacidade de combate do Poder Aeroespacial. Envolve medidas que reduzam vulnerabilidades, assegurem a disponibilidade dos Meios Aeroespaciais, mantenham a habilidade em exercer as funções de comando e controle e, em última instância, conservem o potencial de infligir efeitos estratégicos e nos centros de gravidade do adversário.	
Considerações:	Princípio da segurança com foco em efeitos estratégicos.	
ITEM	Página: 34	Critério: CDC
3.5.14 SURPRESA	Esse princípio se revela por meio de ações que obtenham efeitos decisivos sobre o adversário, de forma inesperada, levando-o a uma paralisia, momentânea ou mais duradoura. Essa paralisia está associada inegavelmente à capacidade de reagir, por conseguinte, afeta o ciclo de decisão do oponente. A paralisia será estratégica quando a ação que explore a surpresa leve o inimigo a tornar-se incapaz, física ou mentalmente, de responder com alguma efetividade ao estímulo recebido. Na guerra aeroespacial, a exploração das características de velocidade, alcance e penetração dos Meios Aeroespaciais é fundamental para a obtenção da surpresa.	
Considerações:	O princípio da surpresa explora os efeitos que vão além do físico, lida com aspectos cognitivos, que influenciam no comportamento do inimigo.	
ITEM	Página: 35	Critério: CDC
3.6.2 FLEXIBILIDADE OU VERSATILIDADE	Apesar de não serem sinônimos, flexibilidade e versatilidade, no âmbito do Poder Aeroespacial, expressam características concorrentes. Em ambas estão implícitas as ideias-síntese de maleabilidade, rapidez e facilidade nos movimentos, mutabilidade e mudança. Os Meios Aeroespaciais podem assumir funções distintas de forma rápida, cujos impactos podem variar desde o nível tático até o nível político. Um mesmo meio pode variar de destino ou alvo em voo, pode gerar efeitos cinéticos ou não e cumprir distintas Ações de Força Aérea.	
Considerações:	A ocorrências de impactos ou efeitos em todos os níveis, podendo ser cinéticos ou não, influenciando na dimensão cognitiva.	
ITEM	Página: 36	Critério: CDC
3.6.6 PRECISÃO	Consiste no emprego de armamento aéreo com alto grau de precisão. Pequenas concentrações de Poder Aeroespacial, com armas de precisão, no local exato e no tempo certo, podem produzir efeitos muito superiores à quantidade dos meios envolvidos. Essa característica minimiza danos colaterais, reduz custos e esforço logístico.	
Considerações:	Ênfase nos efeitos e não na quantidade de meios.	

ITEM	Página: 37	Critério: CDC
3.6.16 PERMANÊNCIA	Essa característica está relacionada à incapacidade de as aeronaves voarem indefinidamente, pois necessitam reabastecer, rearmar ou trocar tripulações, o que resulta em restrições no cumprimento de atividades continuadas, portanto demandando rodízio de vetores ou repetição de surtidas para obter os efeitos desejados .	
Considerações:	Referência aos efeitos desejados.	
ITEM	Página: 38	Critério: CDC
3.7 APLICAÇÕES DO PODER AEROESPACIAL	As características distintas do Poder Aeroespacial oferecem aos tomadores de decisão uma gama diversificada de opções para atingir os objetivos nacionais, tornando-o tão importante para preservar a paz e administrar crises, como para a guerra. Salienta-se que as aplicações do Poder Aeroespacial se traduzem nos efeitos específicos alcançados nas Ações de Força Aérea, cujos exemplos não se esgotam nos elencados a seguir.	
Considerações:	Referência aos efeitos desejados.	
ITEM	Página: 39	Critério: CDC
3.8.4 EFEITOS SINÉRGICOS	O emprego coordenado do Poder Aeroespacial, juntamente com outras parcelas do Poder Militar, ou em apoio a elas, pode produzir efeitos sinérgicos que excedem as contribuições do emprego estanque de cada uma das Forças Singulares.	
Considerações:	Referências aos efeitos produzidos além da dimensão física.	
ITEM	Página: 40	Critério: CDC
3.8.8 EQUILÍBRIO	Considerando-se a judiciosa aplicação dos Princípios de Guerra e dos Fundamentos do Poder Aeroespacial, torna-se vital empregar o Poder Aeroespacial com equilíbrio, privilegiando a concentração dos meios para produzir o desejado efeito sinérgico .	
Considerações:	Referências aos efeitos produzidos além da dimensão física.	
ITEM	Página: 41	Critério: CDC
4 CAPACIDADES, TAREFAS E AÇÕES DE FORÇA AÉREA	4.3 Capacidade é a aptidão para atingir um efeito desejado, sob condições específicas, por meio de um conjunto de tarefas. Em uma perspectiva mais ampla, as Capacidades são fundamentos que orientam a formulação das Tarefas e das Ações de Força Aérea. 4.4 As Tarefas definem os objetivos mais abrangentes de uma campanha ou operação militar, mormente estratégicos e operacionais. As Ações de Força Aérea descrevem atos específicos a serem executados no nível tático para a consecução daqueles propósitos. O somatório dos efeitos causados pelas Tarefas e pelas Ações contribui para a consecução dos objetivos da campanha ou operação militar e para o alcance do Estado Final Desejado. 4.5 As Tarefas e as Ações não estão relacionadas aos Meios Aeroespaciais e de Força Aérea específicos. A maioria dos Meios Aeroespaciais, por exemplo, está capacitada a cumprir mais de um tipo de Ação, sendo possível, em um único voo, o cumprimento de várias Ações em proveito de mais de uma Tarefa. Ademais, uma única Ação pode combinar diversos Meios Aeroespaciais e de Força Aérea para alcançar os efeitos desejados. Portanto, cabe ao Comandante e seu Estado-Maior a arte de combinar as Ações de Força Aérea mais adequadas e os Meios disponíveis para, no âmbito maior das Tarefas, produzir os efeitos desejados, em função dos objetivos fixados.	
Considerações:	A importância dos efeitos no alcance do Estado Final Desejado.	

DOCUMENTO:	DCA 1-1/2020	Volume 2
ITEM	Página: 9	Critério: CDC
1.2.1 AÇÃO DE FORÇA AÉREA	Ato de empregar, no nível tático, Meios Aeroespaciais e de Força Aérea para causar um ou mais efeitos desejados em uma campanha ou operação militar.	
Considerações:	Ação realizada com enfoque nos efeitos desejados	
ITEM	Página: 11	Critério: CDC
1.2.17 MISSÃO DE FORÇA AÉREA	Ação de Força Aérea atribuída a um comandante de aeronave, líder de formação de aeronaves, comandante de unidade terrestre ou comandante de fração de tropa, com a finalidade de provocar efeitos de interesse militar .	
Considerações:	Ação realizada com enfoque nos efeitos desejados	
ITEM	Página: 11	Critério: CDC
1.2.20 OPERAÇÕES MULTI-DOMÍNIOS	São operações realizadas em um Domínio de modo a potencializar ou intensificar as operações em outros domínios. Utiliza-se de capacidade independente para se criar efeitos convergentes a partir dos Domínios Aéreo, Terrestre, Marítimo, Espacial e Cibernético. Esses efeitos criam um problema amplo e único para o adversário lidar . Incluem uma variedade de ações combinadas com eficientes sistemas de C ² amigo, promovendo efeitos em velocidade e em intensidade maiores do que a possibilidade de resposta do adversário , gerando dilemas que exijam soluções complexas e acima de suas capacidades.	
Considerações:	Criação e potencialização dos efeitos	
ITEM	Página: 14	Critério: CDC
2 TAREFAS E AÇÕES DE FORÇA AÉREA	2.1.1 As Tarefas definem os objetivos mais abrangentes de uma campanha ou operação militar, mormente estratégicos e operacionais. O somatório dos efeitos causados pelas Tarefas e Ações contribui para a consecução dos objetivos da campanha ou operação militar e para a obtenção do estado final desejado. 2.1.2 As Tarefas e Ações não estão subordinadas à seleção dos Meios Aeroespaciais e de Força Aérea específicos. A maioria dos Meios Aeroespaciais, por exemplo, está capacitada a cumprir mais de um tipo de Ação, sendo possível, em um único voo, o cumprimento de várias Ações em proveito de mais de uma Tarefa. Ademais, uma única Ação pode combinar diversos Meios Aeroespaciais e de Força Aérea para alcançar os efeitos desejados. Portanto, cabe ao Comandante e seu Estado-Maior a arte de combinar as Ações de Força Aérea mais adequadas e os Meios Aeroespaciais e de Força Aérea disponíveis para, no âmbito maior das Tarefas, produzir os efeitos desejados, em função dos objetivos fixados.	
Considerações:	A importância dos efeitos no alcance do Estado Final Desejado.	
ITEM	Página: 17	Critério: CDC
2.2.2.4 Operações de Contraposição às Forças Terrestres	As operações aéreas de Contraposição às Forças Terrestres são conduzidas para atingir as forças terrestres inimigas e a sua infraestrutura de apoio. Tais operações contribuirão para produção dos efeitos desejados , negando a capacidade de o adversário executar uma campanha terrestre consistente.	
Considerações:	Referência ao alcance dos efeitos desejados.	

ITEM	Página: 19	Critério: CDC
2.2.3.6 Guerra Eletrônica (GE)	2.2.3.6.2 Os recursos de GE podem produzir efeitos em todo o espectro de conflitos, e os planejadores operacionais devem coordenar suas atividades para garantir que a contribuição da GE para operações aéreas e conjuntas seja otimizada. 2.2.3.6.3 A GE cria efeitos para facilitar o domínio, o gerenciamento e o controle do EEltmg. A liberdade de operar em todo o ambiente operacional, incluindo o EEltmg, é essencial para operações militares bem-sucedidas. Como multiplicadora de força, a GE pode aprimorar a realização da missão quando integrada a outras tarefas, minimizando as perdas por meio da autoproteção da plataforma.	
Considerações:	Utilização de recursos e sistemas para a criação de efeitos.	
ITEM	Página: 23	Critério: CDC
2.2.5.4 Guerra Cibernética (GCiber)	GCiber é a atividade que consiste em explorar o Domínio Cibernético para aumentar as Capacidades da Força, prover consciência situacional e obter efeitos ofensivos e defensivos. Abrange medidas de proteção, de ataque e de exploração. Quando trabalhada em sinergia com a Guerra Eletrônica amplifica os seus efeitos frente aos possíveis oponentes, alinhando os alvos aos efeitos de ambas atividades.	
Considerações:	Referência à obtenção e ampliação de efeitos.	
ITEM	Página: 23	Critério: CDC
2.2.5.5 Operações de Informação (OpInfo)	2.2.5.5.1 A Informação é um elemento essencial das operações militares. Como informação e cibernética compartilham uma sinergia e não uma identidade, a natureza das operações de informação difere das operações cibernéticas. As operações de Informação envolvem o planejamento no nível operacional e a execução de atividades de informação para influenciar a tomada de decisão e as ações de um público-alvo. Ele procura neutralizar, destruir ou degradar a vontade e a capacidade de um adversário, a fim de afetar a compreensão e, assim, a percepção e o comportamento. 2.2.5.5.2 Pode afetar as condições físicas, funcionais, temporais ou psicológicas características dos alvos e públicos-alvo e criar efeitos nos níveis estratégico, operacional e tático das operações. Pode utilizar meios cinéticos ou não-cinéticos e pode ser direcionado a públicos adversários, multinacionais, neutros e não comprometidos. É parte integrante de todas as forças aéreas e operações conjuntas e deve ser integrado da mesma maneira que as capacidades tradicionais do Poder Aeroespacial. 2.2.5.5.3 As ações de OpInfo feitas corretamente podem produzir efeitos estratégicos e diminuir a necessidade de ação cinética. Empregados incorretamente, podem produzir efeitos negativos que, no contexto moderno, têm o potencial de ofuscar todas as outras atividades e sucessos militares.	
Considerações:	Referência aos efeitos físicos e comportamentais, com destaque para este último de modo a afetar a percepção do inimigo e alcançar os objetivos estratégicos.	

ITEM	Página: 26	Critério: CDC
2.3 AÇÕES DE FORÇA AÉREA	2.3.1 As Ações de Força Aérea são executadas por meio da combinação adequada de pessoal, aeronaves, plataformas espaciais, veículos terrestres, embarcações, armamentos, instalações, equipamentos e sistemas, com o objetivo de alcançar os efeitos desejados. 2.3.2 As Ações de Força Aérea passam a denominar-se Missões de Força Aérea tão logo sejam atribuídas a um comandante de aeronave, líder de formação de aeronaves, comandante de unidade terrestre ou comandante de fração de tropa, com o propósito de atingir um ou mais efeitos desejados. 2.3.3 As Ações de Força Aérea dizem respeito aos efeitos que podem ser produzidos com os Meios Aeroespaciais e Meios de Força Aérea e descrevem atos específicos a serem executados no nível tático para a consecução de objetivos estratégicos, operacionais ou, prioritariamente, táticos.	
Considerações:	Referência ao alcance dos efeitos desejados.	
ITEM	Página: 27	Critério: CI
2.3.6 AÇÃO CÍVICO-SOCIAL	Ação Cívico-Social (ACISO) é a ação que consiste em empregar Meios de Força Aérea para atuar no campo psicossocial da população, através de atividades educacionais, cívicas, prestando serviços médico-hospitalares, de confecção de documentos ou sanitários para aumentar o bem-estar da população.	
Considerações:	Demonstra a importância da atuação no campo psicossocial como forma de produzir efeitos cognitivos.	
ITEM	Página: 27	Critério: CDC
2.3.7 AÇÃO DIRETA	Ação Direta (Aç Dir) é a Ação que consiste em empregar Meios de Força Aérea para neutralizar alvos oponentes de valor estratégico ou operacional, em áreas hostis ou sob controle do oponente, produzindo efeitos específicos sobre o Poder Aeroespacial oponente.	
Considerações:	Referência à produção dos efeitos desejados.	
ITEM	Página: 30	Critério: CDC
2.3.25 DEFESA CIBERNÉTICA	2.3.25.1 Defesa Cibernética (Def Ciber) é a Ação que consiste em empregar Meios de Força Aérea que atuem no Espaço Cibernético sobre infraestruturas e sistemas de interesse, incluindo os sistemas operacionais embarcados, em plataformas aéreas e terrestres, para manter elevada a resiliência cibernética, gerar conhecimento de inteligência, ocasionar prejuízos, obter vantagens e sincronizar forças, a fim de causar efeitos específicos em pontos decisivos.	
Considerações:	Referência à produção dos efeitos desejados.	
ITEM	Página: 34	Critério: CI
2.3.43 OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS	Operações Psicológicas (Op Psc) são as Ações que consistem em empregar Meios de Força Aérea em tempos de paz, crise ou guerra, direcionadas a um público-alvo inimigo, amigo ou neutro para influenciar comportamentos, atitudes, sentimentos, emoções e opiniões, de maneira a facilitar a conquista dos objetivos, sejam eles políticos, estratégicos, operacionais ou táticos estabelecidos no planejamento.	
Considerações:	Um dos conceitos da EBO envolvem a produção de efeitos que influenciem comportamentos e atitudes.	

DOCUMENTO:	MD30-M-01/2020	Volume 1
ITEM	Página: 43	Critério: CDC
CAPÍTULO III – OPERAÇÕES CONJUNTAS DAS FORÇAS ARMADAS 3.4 Operações Conjuntas (considerações específicas)	3.4.3 Como Estado Final Desejado (EFD), entende-se como a situação política ou militar a ser alcançada ao final das operações e que indica se o efeito desejado foi alcançado. 3.4.9 (...) Cada situação deve ser analisada individualmente, visando apenas à obtenção dos efeitos desejados com maior eficiência e no menor espaço de tempo possível.	
Considerações:	O atinimento do EFD a partir do alcance do efeito desejado.	
ITEM	Página: 43	Critério: CI
CAPÍTULO III – OPERAÇÕES CONJUNTAS DAS FORÇAS ARMADAS 3.4 Operações Conjuntas (considerações específicas)	3.4.5 De uma maneira geral, o EFD será atingido quando tiver sido alcançada uma ou mais das seguintes condições: b) quebra da vontade de lutar do oponente; c) perda de condições do governo oponente em congregar o povo para o esforço de guerra; e/ou d) redução da capacidade das FA oponentes a um ponto tal que impeça uma oposição efetiva.	
Considerações:	Um dos conceitos da OBE envolvem a produção de efeitos que influenciem comportamentos e atitudes.	
ITEM	Página: 46	Critério: CDC
CAPÍTULO IV – COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO 4.1 Estrutura	4.1.7 Na definição da estrutura do Comando Operacional, o Comandante deve ponderar sobre a observância de uma ou mais das condições listadas abaixo (...): f) quando contribuir para os efeitos associados aos Pontos Decisivos .	
Considerações:	A definição da estrutura do Comando Operacional levando-se em consideração os efeitos que se pretende alcançar.	
ITEM	Página: 57	Critério: CDC
CAPÍTULO V – ESTADO-MAIOR CONJUNTO (EM Cj) 5.3 Principais Competências e Atribuições	5.3.10 O Chefe da Seção de Operação de Informação (D-8) possui as seguintes atribuições: b) desenvolver, revisar e avaliar os planos e atividades das Operações de Informação baseados em efeitos de informação aprovados;	
Considerações:	Planejamento das Operações de Informação com base em efeitos.	
ITEM	Página: 79	Critério: CDC
CAPÍTULO VIII – COMANDO DE DEFESA CIBERNÉTICA 8.2 Estrutura	8.2.4 Principais atribuições do CCOC a) Chefe do CCOC: 4) mediante aprovação do Cmt Def Ciber, encaminhar ao CAC as ordens para execução das atividades de Defesa Cibernética com base em efeitos desejados ;	
Considerações:	Atividades de Defesa Cibernética com base em efeitos.	
ITEM	Página: 85 e 86	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.9 Produtos de Inteligência	9.9.8 No estudo dos alvos: a Atividade de Inteligência contribui para o processo de Seleção de Alvos, gerenciado pela seção de operações. Em particular: b) na avaliação de danos, que dispõe sobre a avaliação dos efeitos dos ataques contra alvos específicos	
Considerações:	A importância da avaliação dos efeitos alcançados.	

ITEM	Página: 177 e 178	Critério: CDC
CAPÍTULO XII – GUERRA CIBERNÉTICA NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 12.1 Considerações Iniciais	12.1.2 A capacidade cibernética constitui um atuador não cinético e multiplicador do poder de combate, pela possibilidade de causar efeitos cinéticos e não cinéticos, podendo contribuir para causar, inclusive, um efeito de paralisia estratégica, operacional ou tática no oponente. (...) 12.1.5 A opção pelo emprego do atuador cibernético dependerá de análise comparada a outros atuadores, considerando, entre outros fatores: - a oportunidade para desencadear o efeito desejado;	
Considerações:	A capacidade cibernética de provocar efeitos desejados, podendo ser cinéticos e não cinéticos, diretos e indiretos.	
ITEM	Página: 179	Critério: CDC
CAPÍTULO XII – GUERRA CIBERNÉTICA NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 12.3 A Força Conjunta de Guerra Cibernética Componente	12.3.2 Para cumprir sua missão, a F Cj G Ciber Cte deve possuir as seguintes capacidades operativas (...) causar efeitos cinéticos e não cinéticos em proveito das operações: c) Ataque Cibernético: conduzir ações sobre dispositivos, redes de computadores e comunicações do oponente para causar os seguintes efeitos cinéticos e não-cinéticos, dentre outros: 1) destruir ou degradar equipamentos e sistemas (...); 2) degradar a capacidade de operação do oponente no campo de batalha, reduzindo a eficácia de funcionamento dos seus sistemas; 3) corromper dados de sistemas do oponente (...); 4) Negar o acesso do oponente a sistemas de interesse do TO; 5) Interromper o funcionamento de sistemas do oponente que tragam vantagem ao TO.	
Considerações:	A guerra cibernética e os efeitos desejados.	
ITEM	Página: 180	Critério: CDC
CAPÍTULO XII – GUERRA CIBERNÉTICA NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 12.3 A Força Conjunta de Guerra Cibernética Componente	12.3.4 Tendo em vista a característica de o espaço cibernético não estar restrito aos limites físicos, o Cmdo TO/A Op possui um canal técnico com o ComDCiber, a fim de coordenar as ações visando aos efeitos desejados e evitando os efeitos colaterais. 12.3.5 Mediante coordenação do TO/A Op, observadas as capacidades necessárias e os efeitos a serem atingidos, as ações cibernéticas poderão ser executadas pelo ComDCiber.	
Considerações:	A guerra cibernética e os efeitos desejados.	
ITEM	Página: 193	Critério: CDC
CAPÍTULO XIV – AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 14.1 Considerações Iniciais	14.1.1 As Operações de Informação (Op Info) consistem na coordenação do emprego integrado das Capacidades Relacionadas à Informação (CRI), em contribuição a outras operações ou mesmo compondo o esforço principal, para informar e influenciar pessoas ou grupos hostis, neutros ou favoráveis, capazes de impactar positiva ou negativamente o alcance dos objetivos políticos e militares, bem como para comprometer o processo decisório dos oponentes ou potenciais oponentes, enquanto garantindo a integridade do nosso processo. 4.1.2 Em concerto com outras linhas de operação, as Op Info buscam catalisar efeitos no ambiente operacional, cujo conjunto altera a situação conflituosa vivida, ao passo que, progressivamente, compõe-se o estado final desejado.	
Considerações:	As Operações de Informação como forma de provocar os efeitos desejados a partir de Operações Psicológicas, Ações de Guerra Eletrônica, Defesa Cibernética, dentre outros.	

ITEM	Página: 199	Critério: CDC
CAPÍTULO XIV – AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 14.2 Fundamentos Básicos	14.2.4 A necessidade de coordenação no âmbito das forças militares 14.2.4.4 Em função do rol de capacidades disponíveis, sejam essas as mais proeminentes ou não, o exercício da coordenação próprio às Op Info resulta das necessidades de conjugação, sincronização e sinergia de esforços, visando à obtenção dos efeitos desejados .	
Considerações:	As Operações de Informação e o alcance dos efeitos desejados.	
ITEM	Página: 203	Critério: CDC
CAPÍTULO XIV – AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 14.4 Controle das Operações de Informação	14.4.1 Na fase de execução, o controle das Op Info demanda rotinas e procedimentos de acompanhamento, avaliação e de reorientação eventual das ações, de modo a assegurar o bom entendimento por parte dos executores e, se for o caso, promover ajustes no curso das ações e, efetivamente, alcançar os efeitos desejados .	
Considerações:	As Operações de Informação e o alcance dos efeitos desejados.	
ITEM	Página: 215	Critério: CDC
CAPÍTULO XVI – ASSESSORIA JURÍDICA NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 16.4 Atribuições do Assessor Jurídico	a) Além da estimativa jurídica ou legal acima mencionada, o Assessor Jurídico provê o Comandante do TO e as células de planejamento com o aconselhamento e recomendações a respeito de aspectos legais que impactam nas operações. Ele revisa e monitora os aspectos legais e jurídicos de potenciais Linhas de Ação e avalia as possíveis consequências jurídicas resultantes de efeitos primários e secundários .	
Considerações:	A importância da análise jurídica e da legitimidade dos atos a partir de efeitos primários e secundários.	

DOCUMENTO:	MD30-M-01/2020	Volume 2
ITEM	Página: 37	Critério: CDC
CAPÍTULO IV – PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO 4.2 Etapas do Processo	4.2.1.3 Na etapa 3, o Comandante verificará se a operação está se desenvolvendo conforme planejada e se os Efeitos , Pontos Decisivos, Objetivos Operacionais e ações que culminarão com a consecução do Estado Final Desejado Operacional estão sendo alcançados.	
Considerações:	O alcance dos efeitos desejados no processo de planejamento.	
ITEM	Página: 54	Critério: CDC
CAPÍTULO V – EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL 5.3 Fase 2 – A Situação e sua Compreensão	5.3.8 Comparação de Poderes de Combate (CPC) a) Forças Combatentes - Para força cibernética: capacidade de realizar ações cibernéticas de proteção, exploração e ataque, possibilitando conduzir operações que produzam efeitos em tempo real ;	
Considerações:	Comparação entre Forças considerando os efeitos produzidos.	
ITEM	Página: 56	Critério: CDC
CAPÍTULO V – EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL 5.3 Fase 2 – A Situação e sua Compreensão	5.3.10 Abordagem Operacional 5.3.10.2 A Abordagem Operacional permite ao Comandante fazer um enquadramento do problema a ser resolvido, de acordo com a sua visão, buscando, por meio de ações/efeitos , moldar o ambiente operacional a seu favor.	
Considerações:	A busca de efeitos para direcionamento das ações.	

ITEM	Página: 58	Critério: CDC
CAPÍTULO V – EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL 5.4 Fase 3 – Possibilidade (s) do Inimigo, Linhas de Ação e Confronto	5.4.2.3.3 É importante que o Comandante considere todas as Psb Ini e não rejeite ou se desfaça de alguma possibilidade aparentemente improvável. (...) Note-se que o inimigo poderá fazer tal escolha deliberadamente com esse propósito, ou simplesmente porque deseja obter um efeito desejado desconhecido pelo Comandante.	
Considerações:	A análise dos efeitos desejados sob a ótica do inimigo.	
ITEM	Página: 59	Critério: CDC
CAPÍTULO V – EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL 5.4 Fase 3 – Possibilidade (s) do Inimigo, Linhas de Ação e Confronto 5.4.3.3 Elaboração das Linhas de Ação	5.4.3.3.2 Os Pontos Decisivos (PD) a serem alcançados em cada fase da campanha/operação determinarão um conjunto de ações a serem executadas pelas forças adjudicadas ao Comandante, de forma a obterem-se os efeitos necessários para atingir aqueles pontos decisivos. 5.4.3.3.3 Efeito pode ser definido como uma alteração no estado de um sistema (ou elemento de um sistema) resultante de uma ou mais ações e que contribui para a obtenção ou atingimento de um Ponto Decisivo. Um efeito deve ser mensurável. Expressa uma situação desejada no futuro (Ex: Fluxo logístico inimigo degradado). 5.4.3.3.4 Ação é o ato de realizar uma tarefa ou conjunto de tarefas que contribuem para o atingimento de um efeito. As ações, no nível operacional, podem ser cinéticas ou não cinéticas.	
Considerações:	A elaboração das Linhas de Ação com base em efeitos.	
ITEM	Página: 61	Critério: CDC
CAPÍTULO V – EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL 5.4 Fase 3 – Possibilidade (s) do Inimigo, Linhas de Ação e Confronto	5.4.3.6 Prova Preliminar de Adequabilidade, de Praticabilidade e de Aceitabilidade (APA) 5.4.3.6.2 Uma LA será ADEQUADA se puder cumprir a Missão e atingir o EFD Operacional, produzindo um efeito compatível com a Abordagem Operacional do Comandante.	
Considerações:	A Prova de APA com base nos efeitos desejados.	
ITEM	Página: 73	Critério: CDC
CAPÍTULO V – EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL 5.7 Fase 6 – Conceito Preliminar da Operação	5.7.6 O CPO deve apresentar, de forma clara e concisa, como será a solução militar que foi obtida fruto das diversas fases anteriores, contendo no mínimo: b) a Concepção da Manobra do Comandante, com seus PD, efeitos, ações, medidas e indicadores, análises de CG (nossos e do oponente), (...);	
Considerações:	A importância dos efeitos na concepção de manobra.	
ITEM	Página: 75	Critério: CDC
CAPÍTULO VI – ELABORAÇÃO DE PLANOS E ORDENS 6.2 1ª Fase – Desenvolvimento do Conceito da Operação	6.2.1 Nessa fase, o Comandante aprofundará o CPO elaborado na etapa anterior. Serão destacadas as fases da operação, os efeitos associados a cada um dos PD em cada fase, bem como as medidas e indicadores associados a cada efeito , conforme previsto nas notas referentes ao planejamento operacional, constante deste volume.	
Considerações:	O destaque dado aos efeitos na elaboração de Planos e Ordens	

ITEM	Página: 77	Critério: CDC
CAPÍTULO VI – ELABORAÇÃO DE PLANOS E ORDENS 6.2 1ª Fase – Desenvolvimento do Conceito da Operação	6.2.8 Passo 5 - Redação do Conceito da Operação (...) O Conceito da Operação deverá conter: d) como a operação será desenvolvida, enfatizando a organização estabelecida, o emprego das Forças Componentes e de que forma os efeitos associados a cada ponto decisivo será atendido;	
Considerações:	O conceito da operação relacionado ao efeito desejado.	
ITEM	Página: 81	Critério: CDC
CAPÍTULO VII – CONTROLE DA OPERAÇÃO PLANEJADA NO NÍVEL OPERACIONAL 7.1 Considerações Iniciais	7.1.1 (...) Assim, orientará continuamente o esforço total com vistas à consecução dos efeitos e objetivos estabelecidos, até a obtenção do Estado Final Desejado Operacional (EFD Op), com o cumprimento da sua missão.	
Considerações:	O controle da operação com base nos efeitos estabelecidos.	
ITEM	Página: 82 e 83	Critério: CDC
CAPÍTULO VII – CONTROLE DA OPERAÇÃO PLANEJADA NO NÍVEL OPERACIONAL 7.3 Controle da Operação em Curso	7.3.3 Os Comandantes das F Cte estabelecerão os próprios processos para o controle e medição das ações e efeitos nos seus respectivos escalões, trabalhando tanto com medidas e indicadores de desempenho quanto de eficácia, se for o caso. 7.3.3.4 Avaliação da campanha/operação procura verificar se a execução das ações planejadas está produzindo os efeitos esperados e conduzindo para a obtenção dos pontos decisivos e objetivos operacionais.	
Considerações:	A importância da medição dos efeitos produzidos.	
ITEM	Páginas: 85	Critério: CDC
CAPÍTULO VII – CONTROLE DA OPERAÇÃO PLANEJADA NO NÍVEL OPERACIONAL 7.3 Controle da Operação em Curso	7.3.6.7 Reunião de Coordenação de Fogos 7.3.6.7.1 (...) Seu produto será a Lista Preliminar Integrada e Priorizada de Alvos (LPIPA), que será aprovada na reunião de Aprovação da Ordem de Coordenação. A LPIPA conterá os alvos a serem engajados, com os efeitos desejados , momento e F Cte responsável pelo ataque e outras observações julgadas pertinentes.	
Considerações:	A importância dos efeitos desejados na definição da Lista de Alvos.	
ITEM	Página: 86	Critério: CDC
CAPÍTULO VII – CONTROLE DA OPERAÇÃO PLANEJADA NO NÍVEL OPERACIONAL 7.3 Controle da Operação em Curso	7.3.6.8 Reunião de Coordenação de Operações de Informação 7.3.6.8.1 O propósito da reunião será coordenar as Op Info, que englobam ações de integração das CRI (Comunicação Social, Op Psc, GE, Assuntos Cíveis e Defesa Cibernética, entre outras), assegurando que os efeitos desejados sejam bem compreendidos, coordenados e coerentes , principalmente entre as seções de Operações, Inteligência e de Assuntos Cíveis.	
Considerações:	Compreensão dos efeitos desejados.	
ITEM	Página: 89	Critério: CDC
CAPÍTULO VII – CONTROLE DA OPERAÇÃO PLANEJADA NO NÍVEL OPERACIONAL 7.3 Controle da Operação em Curso	7.3.7 Alterações durante o controle da ação planejada 7.3.7.1 O Comandante, para decidir se será necessário alterar o seu plano, ou rever seu exame de situação, responderá às seguintes perguntas: b) os resultados atendem aos efeitos desejados ?	
Considerações:	O importância do alcance dos efeitos desejados.	

ITEM	Página: 99	Critério: CDC
ANEXO A – MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE ESTRATÉGICAS Roteiro de Análise Estratégica de Inteligência	6. ANÁLISE DO Oponente 6.1 Fatores de Força e Fraqueza (...) Para que um fator de força, ou de fraqueza, seja válido será preciso que indique uma capacidade ou incapacidade, ou mesmo uma facilidade ou dificuldade do oponente para atingir o(s) seu(s) efeito(s) desejado(s) .	
Considerações:	Análise do oponente com base em efeitos.	
ITEM	Páginas: 101	Critério: CDC
ANEXO A – MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE ESTRATÉGICAS Roteiro para Análise Estratégica de Contrainteligência	1. DIRETRIZ DO CEMCFA Detalhar/interpretar adequadamente o efeito desejado estabelecido pelo CEMCFA para a consecução do PEECFA, sob a ótica da contrainteligência, em consonância com a DPED, DMED e DPEM.	
Considerações:	A contrainteligência e o efeito desejado.	
ITEM	Página: 127	Critério: CDC
ANEXO C – MODELOS DE ANEXOS, APÊNDICES E DIRETRIZES RELATIVOS AO PEECFA MODELO DE ANEXO ESTRATÉGICO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO	3. CONDICIONANTES d) as Operações de Informação realizadas terão por finalidade manter a superioridade da informação em relação aos eventuais vetores de ameaça, proteger os sistemas de informação de interesse e assegurar o emprego coordenado das capacidades interferentes na dimensão informacional, de modo a promover a sinergia de esforços na obtenção dos efeitos desejados e evitar: o fratricídio informacional, redundâncias desnecessárias ou lacunas de execução; f) o emprego coordenado das Capacidades Relacionadas à Informação, além de focado nos efeitos desejados e de ser coberto por criteriosa análise de riscos, deve ter em conta a imprescindível seleção e priorização de alvos;	
Considerações:	Efeitos como condicionantes das Operações de Informação.	
ITEM	Página: 201	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO A Arte Operacional	1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 1.1 A arte operacional consiste na concepção e no planejamento contínuo e sistêmico de operações e campanhas militares sincronizadas que produzirão efeitos essenciais para a consecução dos objetivos operacionais, gerando, assim, as condições que favoreçam a consecução do EFD Op. 1.5 A abordagem operacional permite ao Comandante fazer um enquadramento do problema a ser resolvido, de acordo com sua visão, buscando, por meio de ações e efeitos moldar o ambiente a seu favor .	
Considerações:	A arte operacional e a presença dos efeitos a serem alcançados	
ITEM	Página: 202	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO A Arte Operacional	2. FATORES CONDICIONANTES DA ARTE OPERACIONAL 2.4. Enfim, a chave para a aplicação da Arte Operacional reside na capacidade de visualizar o emprego de forças e os seus efeitos no tempo e no espaço . 2.5. Fator Espaço 2.5.3. O significado do fator ESPAÇO não deve ser considerado sozinho em um planejamento, pois seu efeito global depende dos dois outros fatores operacionais de TEMPO e FORÇA.	
Considerações:	A importância dos efeitos nos fatores de espaço, tempo e força.	

ITEM	Páginas: 205 e 206	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO A Arte Operacional	2.8 Os Fatores Tempo e Espaço na Dimensão Informacional 2.8.2 A capacidade cibernética tem a possibilidade de realizar ações que produzem efeitos em tempo real, empregando dispositivos computacionais mundialmente conectados, onde as informações digitais são transmitidas, processadas e armazenadas. 2.8.4 O EM Cj deve, em seus planejamentos, considerar a possibilidade de realizar ações na perspectiva lógica com efeitos diretos e imediatos na dimensão física, sem as tradicionais limitações impostas pelo tempo e pelo espaço, no uso de meios convencionais.	
Considerações:	Efeitos na Dimensão Informacional	
ITEM	Página: 206	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO A Arte Operacional	3. O DESENHO OPERACIONAL 3.2 (...) O desenho apresenta "o que deve ser feito" dentro da concepção da arte operacional e é exercido por ações que, de forma sucessivas ou simultaneamente, geram efeitos que são inseridos em uma linha temporal e em determinado espaço.	
Considerações:	A elaboração do Desenho Operacional com base nos efeitos.	
ITEM	Página: 208	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO A Arte Operacional	4.5 Ponto Decisivo (PD) 4.5.2 Os PD são descritos como efeitos e deduzidos durante as primeiras fases do Exame de Situação do EMCj. 4.5.6 O Ponto Decisivo deve estar relacionado à obtenção de efeitos ou ações perfeitamente identificáveis sobre pessoas ou meios militares, bem como outros efeitos intangíveis, como aqueles de natureza psicológica. Os PD devem ser apoiados por ações ou efeitos preferencialmente mensuráveis.	
Considerações:	O Ponto Decisivo relacionado aos efeitos a serem alcançados.	
ITEM	Página: 208	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO A Arte Operacional	4.6 Efeitos e Ações 4.6.1 Efeitos são alterações no estado de um sistema (ou elemento de um sistema) resultante de uma ou mais ações desencadeadas com vistas a alcançar um Ponto Decisivo.. Um efeito deve ser mensurável por meio de medidas e indicadores.	
Considerações:	A importância dos efeitos serem mensuráveis.	
ITEM	Páginas: 210	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO A Arte Operacional	4.10 Linhas de Esforço As Linhas de Esforço possuem uma lógica de propósito/causa e efeito que visam a cooperar com as Linhas de Operação.	
Considerações:	O efeitos e as linhas de operação.	

ITEM	Página: 221	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Determinação do Centro de Gravidade	4. CONCLUSÃO 4.1 A seguir serão apresentadas as ideias relacionadas ao CG que são essenciais para os planejadores (...): c) Os principais insights da análise de CG devem contribuir para o desenvolvimento das principais ideias para a operação, que devem ser analisados e aproveitados na conclusão, SFC, como possíveis objetivos, pontos decisivos, efeitos, ações, EEI, etc.	
Considerações:	A importância dos efeitos na determinação dos centros de gravidade.	
ITEM	Página: 226	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Medidas e Indicadores no Nível Operacional	2. CONSIDERAÇÕES SOBRE MEDIDAS E INDICADORES NO NÍVEL OPERACIONAL 2.1 Medidas de Eficácia (ME) se destinam a verificar se o desenrolar do Controle da Operação Planejada está atingindo os efeitos da campanha/operação e conduzindo ao EFD Op)	
Considerações:	O atingimento dos efeitos como indicadores operacionais.	
ITEM	Página: 227	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Medidas e Indicadores no Nível Operacional	2.11 Para que tenham utilidade, os indicadores devem possuir os seguintes atributos: relevância, disponibilidade e oportunidade. a) Relevância: mostra se o indicador realmente aponta para a obtenção do efeito ou a realização da ação; d) Complementaridade: refere-se à necessidade do indicador ser complementar a outro indicador associado à mesma medida, no intuito de mostrar se tais efeitos ou ações estão sendo realmente atingidos(as);	
Considerações:	O atingimento dos efeitos como indicadores operacionais.	
ITEM	Páginas: 227 e 228	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Medidas e Indicadores no Nível Operacional 3. SISTEMÁTICA PARA ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DE MEDIDAS E INDICADORES	3.3 A rotina segue os seguintes passos: a) passo 1 - “Selecionar PD”: os PD são primeiramente induzidos durante a construção do desenho operacional, podendo ser revistos a todo tempo. Para cada PD deve haver pelo menos um efeito associado, que pode ser, inclusive, o próprio PD. b) passo 2 - “Analisar o Efeito”: o efeito obrigatoriamente deve estar associado ao PD selecionado anteriormente. Obviamente, ele pode não ser o único efeito que se espera gerar para obtenção ou atingimento do PD. No caso de mais de um efeito, esses deverão ser analisados separadamente. Os efeitos são identificados no Planejamento Operacional a fim de serem utilizados como base para a elaboração da Linhas de Ação (LA), podendo ser revistos a todo tempo. c) Passo 3 - “Propor Medidas de Eficácia (ME)”: para cada efeito deve ser proposta uma ou mais ME. (...) j) Passo 10 - “Esgotar os Efeitos”: ao serem esgotados os efeitos associados ao último PD, inicia-se o processo para os demais PD.	
Considerações:	Validação de medidas e indicadores a partir de efeitos.	

ITEM	Página: 245 e 251	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Inteligência	1. MISSÃO Os principais objetivos são examinar o enunciado da missão e interpretar adequadamente o efeito desejado do Cmt Op, tendo em mente as suas implicações para a Inteligência. 6. ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DO INIMIGO 6.4 Essa análise deve assegurar que todos os fatos conhecidos a respeito do inimigo sejam racionalmente considerados e que sejam avaliados todos os efeitos sobre o cumprimento da missão específica.	
Considerações:	O interrelacionamento da análise de inteligência e o efeito pretendido.	
ITEM	Página: 255	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Comando e Controle	1. MISSÃO Examinar o enunciado da missão e interpretar adequadamente o efeito desejado do Comandante Operacional, tendo em mente as suas implicações para a função de combate de Comando e Controle.	
Considerações:	A importância do efeito desejado nas atividades de Comando e Controle.	
ITEM	Páginas: 259	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Logística	1. MISSÃO 1.2 Examinar o enunciado da missão e interpretar adequadamente o efeito desejado do Comandante Operacional.	
Considerações:	Vincula o planejamento logístico ao efeito desejado.	
ITEM	Página: 265	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Logística	3.3 Análise das Linhas de Ação Logísticas 3.3.1 Determinar o efeito provável de cada dificuldade significativa sobre o sucesso de cada linha de ação logística.	
Considerações:	Vincula o planejamento logístico ao efeito desejado.	

ITEM	Página: 278	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Operações de Informação	2.3 Forças Inimigas 2.3.2 Tendo em vista as possibilidades do inimigo levantadas pela Inteligência, visualizar que ações o oponente poderia empreender e seus possíveis efeitos no campo das Op Info. Visualizar como neutralizar esses efeitos.	
Considerações:	A importância dos efeitos nas Operações de Informação.	
ITEM	Páginas: 355	Critério: CDC
ANEXO F – MODELOS DE ANEXOS/APÊNDICES RELATIVOS AO PLANO OPERACIONAL Modelo de Anexo Operacional de Regras de Engajamento	4. PARÂMETROS PARA O EMPREGO DA FORÇA DURANTE AS HOSTILIDADES 4.3 Humanidade: corresponde ao princípio do DIH que proíbe infligir sofrimento, ferimento ou destruição que não sejam necessários para o alcance do efeito desejado operacional ou da vantagem militar pretendida.	
Considerações:	A elaboração de regras de engajamento e os efeitos desejados.	

APÊNDICE C – Análise da abordagem “inteligência”

DOCUMENTO:	DCA 1-1/2020	Volume 1
ITEM	Página: 37	Critério: CDC
3.6.14 NECESSIDADE DE COMANDO E CONTROLE	O emprego eficaz do Poder Aeroespacial demanda capacidade de comandar, controlar e dirigir as aeronaves no campo de batalha. Estruturas militares de comando e controle, com sua inteligência e comunicações adjudicadas existem, precisamente, para detectar e superar pequenos e grandes atritos por meio de intervenções oportunas, assim como explorar oportunidades momentâneas no combate e lidar com os perigos decorrentes.	
Considerações:	A importância da inteligência nas atividades de Comando e Controle.	
ITEM	Página: 37	Critério: CDC
3.6.15 NECESSIDADE DE INTELIGÊNCIA E DE CONTRA-INTELIGÊNCIA	O emprego eficaz do poder aeroespacial demanda conhecimento profundo do inimigo , principalmente quando se empregam armas de precisão, que demandam acuradas informações que permitam se atingir os efeitos desejados sem o dano colateral. Na perspectiva contrária, o acesso do inimigo às informações de capacidade, disponibilidade e do planejamento de emprego dos Meios Aeroespaciais e de Força Aérea anula todos os pontos fortes do Poder Aeroespacial. É característica de grande importância para o Poder Aeroespacial, constituindo-se em tarefa que se inicia desde o tempo de paz, responsável por dimensionar os aspectos quantitativos e qualitativos do poder adversário e por salvaguardar as informações que possibilitem o emprego do Poder Aeroespacial, com efetividade, dos princípios de guerra de surpresa, ofensiva, segurança e economia de meios.	
Considerações:	A importância da inteligência e da contra-inteligência no alcance dos efeitos desejados.	

DOCUMENTO:	DCA 1-1/2020	Volume 2
ITEM	Página: 18	Critério: CDC
2.2.3 INTELIGÊNCIA, VIGILÂNCIA E RECONHECIMENTO	2.2.3.2 Inteligência, Vigilância e Reconhecimento é a Tarefa que sincroniza e integra o planejamento e operação de todos os recursos de coleta com exploração e processamento para disseminar as informações resultantes para a pessoa certa, no momento certo, no formato certo, em suporte direto às operações atuais e futuras. (...) 2.2.3.4 A operação de armas cada vez mais precisas e os rígidos critérios de engajamento requerem informações detalhadas e altamente precisas, suportadas por um sistema de Inteligência robusto. Embora essencial em tempos de conflito, a IVR também é importante para as operações em tempo de paz. A IVR provê a consciência situacional para operações de Soberania, construindo bancos de dados de inteligência, orientando táticas, auxiliando no desenvolvimento de capacidades e fornecendo indicações e alertas.	
Considerações:	A importância da inteligência na guerra e na paz.	

ITEM	Página: 23	Critério: CI
2.2.5.5 Operações de Informação (OpInfo)	2.2.5.5.1 A Informação é um elemento essencial das operações militares. Como informação e cibernética compartilham uma sinergia e não uma identidade, a natureza das operações de informação difere das operações cibernéticas. As operações de Informação envolvem o planejamento no nível operacional e a execução de atividades de informação para influenciar a tomada de decisão e as ações de um público-alvo. Ele procura neutralizar, destruir ou degradar a vontade e a capacidade de um adversário , a fim de afetar a compreensão e, assim, a percepção e o comportamento.	
Considerações:	A importância da inteligência na coleta de informações.	
ITEM	Página: 30	Critério: CDC
2.3.25 DEFESA CIBERNÉTICA	2.3.25.1 Defesa Cibernética (Def Ciber) é a Ação que consiste em empregar Meios de Força Aérea que atuem no Espaço Cibernético sobre infraestruturas e sistemas de interesse, incluindo os sistemas operacionais embarcados, em plataformas aéreas e terrestres, para manter elevada a resiliência cibernética, gerar conhecimento de inteligência , ocasionar prejuízos, obter vantagens e sincronizar forças, a fim de causar efeitos específicos em pontos decisivos.	
Considerações:	A produção de conhecimento de inteligência a partir da Defesa Cibernética.	
ITEM	Página: 30	Critério: CDC
2.3.25.4 Exploração Cibernética	Consiste no conjunto de ações de busca ou coleta, desenvolvidas no Espaço Cibernético, contra os SCTIC ² , ativos de informação, infraestruturas ou meios de emprego militar de interesse, para produzir conhecimento em apoio às atividades de proteção, exploração e ataques cibernéticos, ou produzir conhecimento de inteligência em benefício das forças amigas. São ações de apoio à Exploração Cibernética todas que aumentam a liberdade de ação na busca ou coleta de informação no Espaço Cibernético	
Considerações:	A produção de conhecimento de inteligência a partir da Exploração Cibernética.	
ITEM	Página: 33	Critério: CDC
2.3.38 INTELIGÊNCIA	Inteligência (Intlg) é a atividade que consiste em empregar Meios de Força Aérea para coletar, processar, analisar, produzir e difundir conhecimento sobre o oponente e para salvaguardar o conhecimento sensível das forças amigas.	
Considerações:	A importância da inteligência para conhecer o inimigo.	
ITEM	Página: 36	Critério: CDC
2.3.49 RECONHECIMENTO AEROESPACIAL	2.3.49.2 A Ação de Reconhecimento Aeroespacial constitui importante instrumento para a elaboração de planejamentos e a tomada de decisões em diversos níveis. Basicamente, o Reconhecimento Aeroespacial é parte integrante da IVR e, por meio dele, busca-se obter dados , protegidos ou não, do inimigo e outros de interesse governamental.	
Considerações:	A atividade de inteligência permeia o reconhecimento aeroespacial.	

DOCUMENTO:	MD30-M-01/2020	Volume 1
ITEM	Página: 22	Critério: CDC
CAPÍTULO II – CONCEPÇÃO DE PREPARO E EMPREGO CONJUNTO 2.3 Concepção de Emprego Conjunto das Forças Armadas	2.3.3 Para tanto, tornam-se indispensáveis as seguintes ideias básicas: e) doutrina operacional, logística e de inteligência conjuntas bem compreendidas, aceitas e praticadas pelos comandantes em todos os níveis;	
Considerações:	A importância da doutrina de inteligência na concepção de emprego conjunto das Forças Armadas.	
ITEM	Página: 23	Critério: CDC
CAPÍTULO II – CONCEPÇÃO DE PREPARO E EMPREGO CONJUNTO 2.6 Nível Operacional	2.6.2 No Nível Operacional, a atividade de inteligência é intensificada , pela integração dos conhecimentos disponíveis no Sistema de Inteligência Operacional (SIOP), no Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE) e nos demais órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), a fim de suprir as necessidades de inteligência (...).	
Considerações:	A importância da atividade de inteligência no nível operacional.	
ITEM	Página: 31	Critério: CDC
CAPÍTULO II – CONCEPÇÃO DE PREPARO E EMPREGO CONJUNTO 2.10.2 Concepção de Emprego nas Situações de Guerra e Não Guerra	2.10.2.1.6 O EMCFA, de posse da DMED e da Conjuntura confecciona a DPEM. A Conjuntura é um documento de inteligência produzido pela inteligência de Defesa e atualizado periodicamente.	
Considerações:	A importância da inteligência na confecção dos documentos de planejamento, preparo e emprego.	
ITEM	Página: 44	Critério: CDC
CAPÍTULO III – OPERAÇÕES CONJUNTAS DAS FORÇAS ARMADAS 3.4 Operações Conjuntas (considerações específicas)	3.4.13 Algumas ações poderão ser necessárias mesmo antes da ativação de um determinado Comando Operacional; neste caso, autorizadas pelo CS e controladas pelo EMCFA como, por exemplo: Operações Especiais, Operações Psicológicas e de Comunicação Social, Defesa Cibernética e, fundamentalmente, Inteligência.	
Considerações:	O papel fundamental da inteligência antes mesmo da ativação de um Comando Operacional.	
ITEM	Página: 48	Critério: CDC
CAPÍTULO IV – COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO 4.3 Do Comandante Operacional	4.3.5 Além das responsabilidades operativas inerentes à sua função, terá como atribuições: e) estabelecer e priorizar as Necessidades de Inteligência (NI) , visando ao processo decisório, tanto para o planejamento quanto para a condução das operações militares;	
Considerações:	A presença da atividade de inteligência nas atribuições do Comandante Operacional.	
ITEM	Página: 54	Critério: CDC
CAPÍTULO V – ESTADO- MAIOR CONJUNTO (EM Cj) 5.3 Principais Competências e Atribuições	5.3.4 O Chefe da Seção de Inteligência (D-2) possui as seguintes atribuições:(...) d) propor ao Cmt Op as Necessidades de Inteligência (NI) , em todas as fases da operação; e) contribuir para a manutenção da consciência situacional do Cmt Op; f) elaborar as Análise de Inteligência e de Contrainteligência;	
Considerações:	A atividade de inteligência como essência da D-2.	

ITEM	Página: 55	Critério: CDC
CAPÍTULO V – ESTADO-MAIOR CONJUNTO (EM Cj) 5.3 Principais Competências e Atribuições	5.3.5 O Chefe da Seção de Operações (D-3) possui as seguintes atribuições: h) propor, em coordenação com as seções de Inteligência e de Planejamento, a elaboração da Lista Integrada e Priorizada de Alvos (LIPA), assim como a sua atualização ao longo da operação;	
Considerações:	A necessidade das informações de inteligência para a definição da lista de alvos.	
ITEM	Página: 56	Critério: CDC
CAPÍTULO V – ESTADO-MAIOR CONJUNTO (EM Cj) 5.3 Principais Competências e Atribuições	5.3.7 O Chefe da Seção de Planejamento (D-5) possui as seguintes atribuições: e) consolidar a Lista Integrada de Alvos (LIA) e a Lista Integrada e Priorizada de Alvos (LIPA), em coordenação com as demais seções, particularmente as seções de Operações e de Inteligência ;	
Considerações:	A necessidade das informações de inteligência para a definição da lista de alvos.	
ITEM	Página: 57	Critério: CDC
CAPÍTULO V – ESTADO-MAIOR CONJUNTO (EM Cj) 5.3 Principais Competências e Atribuições	5.3.9 O Chefe da Seção de Comunicação Social (D-7) possui as seguintes atribuições: c) planejar e conduzir as ações de Com Soc, em coordenação com as seções de Operações, Inteligência , Operações de Informação e de Assuntos Cíveis (...);	
Considerações:	A inteligência em apoio às atividades da D-7.	
ITEM	Página: 57	Critério: CI
CAPÍTULO V – ESTADO-MAIOR CONJUNTO (EM Cj) 5.3 Principais Competências e Atribuições	5.3.10 O Chefe da Seção de Operação de Informação (D-8) possui as seguintes atribuições: a) apresentar a análise do ambiente informacional, considerando as capacidades relacionadas à Informação (Operações Psicológicas, Ações de Guerra Eletrônica, Defesa Cibernética, Comunicação Social e Assuntos Cíveis) ;	
Considerações:	A inteligência presente nas Operações de Informação.	
ITEM	Página: 58	Critério: CDC
CAPÍTULO V – ESTADO-MAIOR CONJUNTO (EM Cj) 5.3 Principais Competências e Atribuições	5.3.11 O Chefe da Seção de Assuntos Cíveis (D-9) possui as seguintes atribuições: c) planejar e conduzir as ações afetas ao seu campo de atuação, em coordenação com as Seções de Inteligência , de Operações, de Comunicação Social, de Operações de informação e de Logística e Mobilização (...);	
Considerações:	A inteligência em apoio às atividades da D-9.	
ITEM	Página: 70	Critério: CDC
CAPÍTULO VII – COMANDO DE ZONA DE DEFESA 7.6 Relações de Comando	7.6.1 Fase de Planejamento 7.6.1.4 Especial relevância deve ser atribuída às atividades de Inteligência para dimensionar estes planejamentos, uma vez que a Def Ter precisa identificar e levar em conta as possibilidades do potencial inimigo.	
Considerações:	A importância da inteligência no planejamento da Zona de Defesa.	

ITEM	Página: 72	Critério: CDC
CAPÍTULO VII – COMANDO DE ZONA DE DEFESA 7.7 Emprego	7.7.6 Forças dos Órgãos de Segurança Pública (FOSP) 7.7.6.1 Cabe às FOSP: a) realizar o policiamento ostensivo, bem como todas as outras atividades, incluindo inteligência e contrainteligência , garantidoras da ordem pública e do direito de ir e vir da população, sob o controle operacional do Cmdo ZD;	
Considerações:	A inteligência como parte das atividades das FOSP.	
ITEM	Página: 79 e 80	Critério: CDC
CAPÍTULO VIII – COMANDO DE DEFESA CIBERNÉTICA 8.2 Estrutura	c) Chefe da Divisão de Inteligência (D-2): 3) elaborar a Análise de Inteligência e a Análise de Contrainteligência; (...) g) Chefe da Divisão de Cooperação: Em coordenação com as Divisões de Inteligência , de Operações Correntes e de Planejamento de Operações Futuras, atuar na integração da unidade de esforço cibernético envolvendo organismos internacionais, nações amigas, órgãos parceiros, agências e infraestruturas críticas de interesse para a Defesa Nacional.	
Considerações:	A inteligência na estrutura do Comando de Defesa Cibernética.	
ITEM	Página: 81	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.1 Considerações Iniciais	9.1.1 O propósito da Atividade de Inteligência é assessorar o processo decisório de autoridades políticas e militares, além de apoiar o planejamento e a condução de operações militares nas situações de paz, crise ou conflito.	
Considerações:	A importância da inteligência no processo decisório.	
ITEM	Página: 81	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.2 Estrutura Básica da Inteligência	A Atividade de Inteligência é exercida por meio de dois ramos: a Inteligência e a Contrainteligência (CI). Esses ramos são interdependentes, significando que ambos são partes de um todo.	
Considerações:	A estrutura da inteligência.	
ITEM	Página: 81 e 82	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.3 Conceitos de Inteligência	9.3.1 (...) conceitos úteis ao planejamento das operações conjuntas como: Dado, Informação, Conhecimento, Fonte, Órgão de Inteligência, Pedido de Inteligência, Plano de Inteligência, Alvo, Conjuntura, Levantamento Estratégico de Área (LEA), Possibilidade do inimigo (Psb Ini), Consciência Situacional, Sistema de Alvos (...). 9.3.2 Necessidades de Inteligência (NI) 9.3.3 Plano de Obtenção de Conhecimentos (POC) 9.3.4 Alvo Estratégico 9.3.5 Alvo Tático 9.3.6 Seleção de Alvos 9.3.7 Avaliação de Danos	
Considerações:	Conceitos de Inteligência nas operações conjuntas.	

ITEM	Página: 82 e 83	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.4 Princípios Doutrinários de Inteligência em Operações Conjuntas	9.4.1 Como atividade técnico-militar especializada, com base em processo mental, exercida permanentemente com a finalidade de produzir e salvaguardar conhecimentos, a Inteligência adota princípios doutrinários (...), que são: a) controle centralizado; b) controle operacional; c) exploração sistemática; d) objetividade; e) oportunidade; f) imparcialidade; g) acessibilidade/disponibilidade; h) preservação das fontes; i) compartimentação; j) revisão contínua; k) responsabilidade; l) clareza/precisão; m) amplitude; n) integração; o) interação; p) integridade; e q) simplicidade.	
Considerações:	A inteligência e seus princípios doutrinários	
ITEM	Página: 83	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.5 Necessidades de Inteligência	9.5.1 Todos os níveis decisórios necessitam da Atividade de Inteligência para minimizar ou eliminar as incertezas que envolvem qualquer processo de tomada de decisão.	
Considerações:	A importância da inteligência no processo decisório.	
ITEM	Página: 84	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.6 Ciclo de Inteligência	9.6.1 Tendo como objetivo atender às NI, a atividade de Inteligência adota um processo denominado de Ciclo de Inteligência, que consiste das seguintes fases: orientação, obtenção, produção e difusão.	
Considerações:	As fases do processo de inteligência.	
ITEM	Página: 84	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.7 Fontes para a Atividade de Inteligência	(...) Podem ser: Fontes Humanas (HUMINT); Fontes de Imagens (IMINT); Fontes de Sinais [Comunicações (COMINT) e Eletrônica (ELINT)]; Fontes Cibernéticas; Fontes Acústicas; Fontes Abertas (OSINT).	
Considerações:	A importância das fontes de inteligência na produção do conhecimento.	
ITEM	Página: 84	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.8 Níveis de Inteligência	(...) classifica-se esta atividade nos seguintes níveis: Estratégico, Operacional e Tático. Mesmo categorizados, constituem um conjunto único e indissolúvel e, como tal, estão inter-relacionados.	
Considerações:	A presença da inteligência em todos os níveis decisórios do emprego conjunto.	
ITEM	Página: 85	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.9 Produtos de Inteligência	(...) constituindo um rol de tarefas rotineiras e permanentes, que decorrem de análises, monitoramentos, indicadores de alarme, manutenção e atualização de bancos de dados, informações correntes, atualização da ordem de batalha, estudo de alvos e apoio a outras atividades.	
Considerações:	A inteligência e seus importantes produtos.	

ITEM	Página: 86	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.10 Características dos Produtos de Inteligência	9.10.1 Dentro de cada nível estabelecido pela Doutrina de Inteligência de Defesa, os dados, informações e conhecimentos produzidos pela Inteligência possuem características e peculiaridades afins que os classificam da seguinte forma: a) Básico ; b) Corrente; c) Preditivo; d) Alerta; e e) Alvos.	
Considerações:	As características dos produtos de inteligências permitem a utilização adequada das informações em cada situação, de guerra, crise ou paz.	
ITEM	Página: 86	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.11 Organização Sistemica da Inteligência	9.11.1 No Brasil, a Atividade de Inteligência está organizada em uma estrutura sistêmica, ou seja, os diversos órgãos que tratam da atividade constituem um conjunto de partes interatuantes e interdependentes, operando em proveito de um mesmo objetivo, respeitada a autonomia funcional de cada uma e observadas as normas legais pertinentes.	
Considerações:	Organização sistêmica: Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE), Sistema de Inteligência Operacional (SIOP), Centro de Inteligência Operacional (CIOP) e a Rede de Inteligência do C Op (RICOp).	
ITEM	Página: 94	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.12 A Inteligência nos Planejamentos Conjuntos	9.12.1 Dentro da concepção dos planejamentos voltados para o emprego conjunto das FA, a Atividade de Inteligência orienta, define procedimentos e atribui responsabilidades para os Níveis Estratégico, Operacional e Tático.	
Considerações:	O papel relevante da inteligência no planejamento conjunto.	
ITEM	Página: 97	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.13 A Inteligência nas Operações Conjuntas	(...) avulta de importância a atividade de Inteligência , para produzir e salvaguardar os conhecimentos e informações requeridos para planejar, conduzir e sustentar as operações militares.	
Considerações:	A importância da inteligência no planejamento, condução e controle de operações conjuntas.	
ITEM	Página: 97	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.13 A Inteligência nas Operações Conjuntas 9.13.4 A Inteligência e o Ciclo Decisório	9.13.4.1 Qualquer que seja a opção estratégica escolhida ou o grau de implicação militar na gestão de uma crise, o conhecimento e a ação tornam-se indissociáveis. O domínio do conhecimento é um dos fundamentos da ação interforças. É um multiplicador dos efeitos produzidos pelas Forças, objetivando a otimização dos meios militares empregados. O conhecimento deve chegar no momento certo, no lugar certo e à pessoa certa. 9.13.4.2 Para a Inteligência , o Ciclo Observação-Orientação-Decisão-Ação (OODA) ou Ciclo da Decisão se apresenta na forma de uma engrenagem entre uma “roda” – Inteligência - e outra “roda” - Decisão, que devem estar em fase, a fim de assegurar a coerência da decisão	
Considerações:	O papel fundamental da inteligência no ciclo OODA.	

ITEM	Página: 100	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.14 Coordenação do Ciclo de Inteligência	Durante a execução de uma Operação Conjunta, este processo deverá se repetir em um ciclo de atualização, de forma análoga ao ciclo de seleção de alvos. Para tal, o C Op organizará uma Reunião de Coordenação de Inteligência , onde o EMCj e as F Cte apresentarão suas NI (...).	
Considerações:	A constante necessidade de inteligência e seu ciclo de produção e atualização.	
ITEM	Página: 101	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.15 Fluxo de Conhecimento	9.15.1 O fluxo de conhecimentos ocorre desde o tempo de paz, tendo sua gênese no POC, que indica, em primeira instância, os dados que devem ser obtidos.	
Considerações:	A inteligência possibilita um fluxo constante de informações que inicia com Plano de Obtenção do Conhecimento (POC) e permanece imprescindível para a avaliação das possibilidades do inimigo, dos fatores de força e fraqueza, dentre outros.	
ITEM	Página: 104	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.16 Comunicações na Inteligência	9.16.1 Comunicações eficazes e redundantes são essenciais para suportar os aspectos operacionais e técnicos demandados pela Inteligência.	
Considerações:	A doutrina destaca ainda os fatores que devem ser considerados nas comunicações de inteligência: velocidade, criptografia, largura de banda e idioma.	
ITEM	Página: 105	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.17 Integração das Atividades de Inteligência das Forças Componentes do Comando Operacional	Considerando-se a grande extensão das áreas de responsabilidade atribuídas a um comando operacional, torna-se imperiosa a integração das atividades de Inteligência por meio da sinergia no esforço de obtenção, a fim de se evitarem superposições e dispersão de esforços.	
Considerações:	A necessidade de integração das atividades de inteligência.	
ITEM	Página: 105	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.18 Apoio aos Sistemas de Inteligência de fora do Comando Operacional	9.18.1 As grandes dimensões de uma área de responsabilidade atribuída a um C Op e, também, a multiplicidade e diversidade de conhecimentos requeridos, excedem o alcance e a capacidade de obtenção dos órgãos do C Op. Devido a isso, o C Op pode formular Pedidos de Inteligência a instâncias e a elementos não pertencentes às forças adjudicadas.	
Considerações:	Solicitação de apoio de inteligência.	
ITEM	Página: 106	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.19 Apoio de Ferramentas Computacionais na Atividades de Inteligência	9.19.1 O uso de recursos interativos melhora o processo de tomada de decisão dos Comandantes (Operacional e Tático), fornecendo-lhe subsídios adicionais para alcançar a consciência situacional. Também ajuda ao respectivo EM no esclarecimento de dúvidas e na elaboração das NI, além da priorização e direcionamento dos meios de reconhecimento e de vigilância para atividades críticas.	
Considerações:	A utilização dos citados recursos aperfeiçoa a visualização das possibilidades do inimigo, a identificação de alvos de interesse e a elaboração de novas Necessidades de Inteligência (NI).	

ITEM	Página: 106	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.20 Considerações sobre as estruturas de Inteligência do EMCj e Forças Componentes	9.20.1 A inexistência de comandos operacionais conjuntos brasileiros vocacionados para áreas determinadas, permanentemente instituídas desde o tempo de paz, impede que o Comando Operacional ativado em meio a uma crise ou para um exercício determinado, gerencie o Ciclo de Inteligência, no nível operacional, desde o início. 9.20.2 Assim, o Ciclo de Inteligência no nível operacional é também de responsabilidade do EMCFA, visto que C Op é uma estrutura temporária e pode não estar ativado (...)	
Considerações:	A importância do gerenciamento do Ciclo de Inteligência, mesmo antes da crise.	
ITEM	Página: 107	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.21 Arquitetura da Inteligência do Comando Operacional	9.21.1 O Comandante do C Op precisa ter uma estrutura de Inteligência ágil, flexível e abrangente, que disponibilize a informação com oportunidade para que os ciclos de decisão possam girar mais rapidamente e com maior confiabilidade do que os ciclos do adversário. Esse conceito define quem terá vantagem na campanha.	
Considerações:	A importância de uma estrutura adequada de inteligência que proporcione o conhecimento de forma ágil e oportuna.	
ITEM	Página: 108	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.22 Banco de Dados de Inteligência	9.22.1 O banco de dados é um instrumento onde são registrados, cronologicamente, todos os dados, informações e conhecimentos recebidos ou difundidos, assim como alguns conhecimentos importantes para a Seção de Inteligência, correspondentes a uma fase da operação em curso ou a toda ela.	
Considerações:	A importância de um banco de dados de inteligência.	
ITEM	Página: 109	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.23 A Atividade de SIGINT nas Operações Conjuntas	9.23.1 A atividade de SIGINT (Inteligência de Sinais) nas Forças Armadas é conduzida de modo a assegurar o estabelecimento de uma base de dados que contenha as informações necessárias a respeito do emprego do espectro eletromagnético por um adversário potencial.	
Considerações:	A importância da inteligência de sinais, incluindo a Inteligência de Comunicações (COMINT) e a Inteligência Eletrônica (ELINT).	
ITEM	Página: 110	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.24 A Atividade de IMINT nas Operações Conjuntas	Para o Brasil, que possui dimensões continentais, torna-se imprescindível a coleta de imagens, que permita a construção detalhada de cartas e mapas temáticos (georreferenciados), e o armazenamento desse produto em meios digitais.	
Considerações:	Este tipo de inteligência permite a captação, o processamento e a análise de imagens, o que auxilia no processo decisório.	
ITEM	Página: 112	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.25 A Contrainteligência nas Operações Conjuntas	9.25.1.1 A Contrainteligência (CI) pode ser entendida como o ramo da Atividade de Inteligência voltado para a detecção, identificação, neutralização, obstrução e prevenção da atuação da Inteligência adversa e das ações de qualquer natureza que constituam ameaças à salvaguarda de dados, conhecimentos e seus suportes (...).	
Considerações:	A importância do conhecimento das forças inimigas, de suas possibilidades na área de Inteligência e de suas vulnerabilidades.	

ITEM	Página: 115	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.26 Responsabilidades de Contraineligência	9.26.1 O Cmt, em todos os escalões, é o responsável pela adoção das medidas de CI que sejam necessárias em sua área de responsabilidade.	
Considerações:	A responsabilidade do comandante com a contraineligência.	
ITEM	Página: 115	Critério: CDC
CAPÍTULO IX – INTELIGÊNCIA PARA OPERAÇÕES CONJUNTAS 9.27 Planejamento de Contraineligência	9.27.1 O planejamento de CI está baseado em todas as atividades relacionadas ao estudo das possibilidades da Inteligência das forças inimigas em obter dados e conhecimentos sensíveis e em executar ações de espionagem, propaganda adversa, terrorismo, desinformação e sabotagem.	
Considerações:	A importância da contraineligência na análise da inteligência inimiga.	
ITEM	Página: 128	Critério: CDC
CAPÍTULO X – LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 10.5 Comando Logístico Componente	10.5.7 As Assessorias Especializadas do Cmt C Log Cte têm por atribuição assisti-lo nos assuntos ligados às suas respectivas áreas de atividade, tais como: a) Inteligência ;	
Considerações:	A importância da inteligência no planejamento logístico.	
ITEM	Página: 139	Critério: CDC
CAPÍTULO X – LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 10.7 Comando e Controle no Planejamento Logístico Conjunto	10.7.3 Nesse sentido, os planejadores logísticos deverão: b) prever ligações com serviços de segurança e inteligência ;	
Considerações:	A importante coordenação entre a logística e a inteligência.	
ITEM	Página: 159	Critério: CDC
CAPÍTULO X – LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 10.14 Apoio Logístico Antes da Ativação do(a) TO / A Op	Caso seja necessário, o CCLM deverá coordenar a concentração de meios logísticos das FS antes da ativação do(a) TO/A Op, para apoiar as ações de meios especializados em operações de inteligência , de informação, especiais e de defesa cibernética, e outros, caso sejam necessários.	
Considerações:	O apoio logístico às operações de inteligência, dada a importância desta atividade para o sucesso da operação.	
ITEM	Página: 163	Critério: CI
CAPÍTULO XI – COMANDO E CONTROLE NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 11.3 Comando e Controle	11.3.4 A informação fornecida por meios adequados, para as pessoas certas, no momento oportuno e de conteúdo relevante e preciso agregará valor à atividade de C ² , proporcionando a obtenção e a manutenção da consciência situacional por parte do comando. Por outro lado, o gerenciamento inadequado da informação poderá causar falta de entendimento da situação, confusão, desperdício de tempo, sobrecarga de trabalho ou até o retrabalho, e toda ordem de problemas que podem ocorrer quando existir falha no processo de comunicação.	
Considerações:	A importância da inteligência no fornecimento de informações precisas e oportunas para o adequado funcionamento das atividades de C ² .	

ITEM	Página: 163	Critério: CDC
CAPÍTULO XI – COMANDO E CONTROLE NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 11.4 Consciência Situacional	11.4.3 A estrutura de Inteligência possui mecanismos estabelecidos para coleta, busca, análise e disseminação de informações sobre o oponente, o terreno e as condições meteorológicas, em assessoramento ao Cmt Op.	
Considerações:	A importância da inteligência na consciência situacional.	
ITEM	Página: 178	Critério: CDC
CAPÍTULO XII – GUERRA CIBERNÉTICA NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 12.2 Subseção de Guerra Cibernética no Comando do TO / A Op	12.2.2 O Chefe da SGC possui as seguintes atribuições: e) propor alvos para as operações ofensivas de G Ciber, em coordenação com os elementos de Inteligência TO , com o comando das outras F Cte e com o C Op; j) levantar as Necessidades de Inteligência (NI) relacionadas à execução das ações cibernéticas;	
Considerações:	O apoio da inteligência na guerra cibernética.	
ITEM	Página: 185	Critério: CDC
CAPÍTULO XIII – OPERAÇÕES ESPECIAIS NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 13.5 Fatores de Êxito nas Operações Especiais	13.5.4 Para garantir que as Op Esp alcancem o sucesso desejado, o Com TO/A Op deve considerar como principais fatores de êxito que orientam o planejamento e a condução dessas operações: c) acesso aos mais altos níveis de inteligência ;	
Considerações:	A inteligência e o êxito nas Operações Especiais.	
ITEM	Página: 188	Critério: CDC
CAPÍTULO XIII – OPERAÇÕES ESPECIAIS NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 13.7 Força Conjunta de Operações Especiais	13.7.5 Possibilidades f) planejar e conduzir as ações de Inteligência , Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA) no contexto das operações especiais ou em apoio a outras operações;	
Considerações:	Ações de inteligência nas Operações Especiais.	
ITEM	Página: 199	Critério: CDC
CAPÍTULO XIV – AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 14.2 Fundamentos Básicos	14.2.4 A necessidade de coordenação no âmbito das forças militares 14.2.4.5 Como exemplo de coordenação, determinado esforço de contrapropaganda ou de combate à desinformação poderia demandar a atuação harmônica da Inteligência , da Comunicação Social, das Operações Psicológicas, (...).	
Considerações:	Ações de inteligência nas Operações de Informação.	
ITEM	Página: 206	Critério: CDC
CAPÍTULO XV – OPERAÇÕES DBNQR NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS 15.2 Conceitos Básicos 15.2.2 Operações de Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica	15.2.2.2 Nestas operações são aplicados os princípios de guerra pertinentes, bem como os fundamentos de Inteligência , visando a reduzir a vulnerabilidade quanto ao emprego de artefatos contendo agentes BNQR por forças oponentes, quer sejam oriundas de operações convencionais ou assimétricas, para reduzir vulnerabilidades e mitigar os riscos oriundos da utilização daqueles artefatos.	
Considerações:	A importância da inteligência nas Operações DBNQR	

DOCUMENTO:	MD30-M-01/2020	Volume 2
ITEM	Página: 26	Critério: CDC
CAPÍTULO III – PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 3.3 Parte 1 do PPEC: Exame de Situação Estratégico	3.3.4 Passo 2 do Exm Sit Estrt: Análise Estratégica da Área do Conflito Para tanto, são levados em consideração o Levantamento Estratégico de Área (LEA) do MD, os bancos de dados de Inteligência das FA e de outros elementos do Sistema Brasileiro de Inteligência , bem como a Conjuntura elaborada.	
Considerações:	O papel da inteligência no processo de planejamento.	
ITEM	Página: 40	Critério: CDC
CAPÍTULO V – EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL 5.1 Considerações Iniciais	5.1.6 É de fundamental importância a existência de um trabalho de Inteligência prévio para o início efetivo do planejamento, sem o qual o Comandante e o respectivo EMCj carecerão de dados suficientes para as análises iniciais no Exame de Situação.	
Considerações:	A importância da atividade contínua de inteligência.	
ITEM	Página: 52	Critério: CDC
CAPÍTULO V – EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL 5.3 Fase 2 – A situação e sua Compreensão	5.3.5 Forças Inimigas 5.3.5.2 A “ Análise de Inteligência ” oferecerá dados importantes ao planejamento operacional.	
Considerações:	A análise de inteligência das forças inimigas.	
ITEM	Página: 57	Critério: CDC
CAPÍTULO V – EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL 5.3 Fase 2 – A situação e sua Compreensão	5.3.12 Necessidades de Inteligência 5.3.12.1 Nessa altura do planejamento, os aspectos que já apresentam necessidade de Inteligência ou atualização de conhecimento devem ser listados como Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) ou Outras Necessidades de Inteligência (ONI).	
Considerações:	A importância da inteligência no planejamento da operação.	
ITEM	Página: 57	Critério: CDC
CAPÍTULO V – EXAME DE SITUAÇÃO OPERACIONAL 5.4 Fase 3 – Possibilidade (s) do Inimigo, Linhas de Ação e Confronto	5.4.2 Possibilidade do Inimigo (Psb Ini) 5.4.2.2 As Psb Ini são estabelecidas de modo a expressarem, em termos amplos, as ações que as forças inimigas podem empreender. Caberá à Seção de Inteligência do EM realizar esse trabalho e apresentá-lo ao Comandante para aprovação.	
Considerações:	O papel da inteligência no estabelecimento das Possibilidades do Inimigo.	
ITEM	Página: 78	Critério: CDC
CAPÍTULO VI – ELABORAÇÃO DE PLANOS E ORDENS 6.3 2ª Fase – Redação de Planos e Ordens	6.3.5 Formato dos Planos e Ordens g) Relação dos Anexos e Apêndices ao plano: 1) Anexo “A” (Inteligência)	
Considerações:	Documento de inteligência.	
ITEM	Página: 86	Critério: CDC
CAPÍTULO VII – CONTROLE DA OPERAÇÃO PLANEJADA NO NÍVEL OPERACIONAL 7.3 Controle da Operação em Curso	7.3.6.9 Reunião de Coordenação de Inteligência 7.3.6.9.1 O seu propósito é coordenar e priorizar a produção de Conhecimentos de Inteligência , tendo como base as necessidades de inteligência (NI) estabelecidas pelo Comando Operacional.	
Considerações:	A importância das reuniões de inteligência.	

ITEM	Página: 95	Critério: CDC
ANEXO A – MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE ESTRATÉGICAS Roteiro de Análise Estratégica de Inteligência	1. DIRETRIZ DO CEMCFA Analisar a situação e o ambiente operacional, sob a ótica da inteligência , considerando os documentos condicionantes do planejamento estratégico (DPED, DMED e DPEM), bem como os LEA disponíveis de interesse.	
Considerações:	A importância da inteligência na análise da situação e do ambiente operacional.	
ITEM	Página: 101	Critério: CDC
ANEXO A – MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE ESTRATÉGICAS Roteiro para Análise Estratégica de Contrainteligência	1. DIRETRIZ DO CEMCFA Detalhar/interpretar adequadamente o efeito desejado estabelecido pelo CEMCFA para a consecução do PEECFA, sob a ótica da contrainteligência , em consonância com a DPED, DMED e DPEM.	
Considerações:	A importância da contrainteligência na análise da situação e do ambiente operacional.	
ITEM	Página: 111	Critério: CDC
ANEXO C – MODELOS DE ANEXOS, APÊNDICES E DIRETRIZES RELATIVOS AO PEECFA	MODELO DE ANEXO ESTRATÉGICO DE INTELIGÊNCIA	
Considerações:	Trata da caracterização das áreas de interesse, centros de gravidade, vulnerabilidades, forças oponentes, contrainteligência, dentre outros.	
ITEM	Página: 127	Critério: CDC
ANEXO C – MODELOS DE ANEXOS, APÊNDICES E DIRETRIZES RELATIVOS AO PEECFA MODELO DE ANEXO ESTRATÉGICO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO	3. CONDICIONANTES e) a Inteligência é uma capacidade vital para as Op Info e deve permear todo o ciclo do conhecimento necessário ao planejamento de preparo, condução e avaliação das atividades das Capacidades Relacionadas à Informação (CRI);	
Considerações:	A inteligência como condicionante das Operações de Informação.	
ITEM	Página: 132	Critério: CDC
ANEXO C – MODELOS DE ANEXOS, APÊNDICES E DIRETRIZES RELATIVOS AO PEECFA MODELO DE ANEXO ESTRATÉGICO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	6. NECESSIDADES DE INTELIGÊNCIA Relacionar as necessidades não disponibilizadas inicialmente e que sejam importantes para a manutenção da consciência situacional e para orientação do planejamento operacional.	
Considerações:	A importância da inteligência para as Operações Especiais.	
ITEM	Página: 134	Critério: CDC
ANEXO C – MODELOS DE ANEXOS, APÊNDICES E DIRETRIZES RELATIVOS AO PEECFA MODELO DE ANEXO ESTRATÉGICO DE DEFESA CIBERNÉTICA	5. AÇÕES ESTRATÉGICAS b) contribuir para a atualização da consciência situacional e para produção de conhecimento de inteligência ; 6. DEMANDAS c) adoção de medidas de coordenação entre as ações de Inteligência e de Operações de Informação.	
Considerações:	Ações de inteligência no planejamento de Defesa Cibernética.	

ITEM	Página: 245	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Inteligência	1. MISSÃO Os principais objetivos são examinar o enunciado da missão e interpretar adequadamente o efeito desejado do Cmt Op, tendo em mente as suas implicações para a Inteligência .	
Considerações:	A importância da análise operacional de inteligência.	
ITEM	Página: 253	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO	MODELO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE OPERACIONAL DE CONTRAINTELIGÊNCIA	
Considerações:	Documento de contrainteligência.	
ITEM	Página: 255	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Comando e Controle	2. A SITUAÇÃO E SUA COMPREENSÃO 2.1 Características da Área de Responsabilidade 2.1.1 É o estudo minucioso da área de responsabilidade, a partir da Análise de Inteligência e os conhecimentos disponíveis da área, com ênfase nos fatores significativos que afetam as atividades de comando e controle.	
Considerações:	A análise de inteligência nas atividades de Comando e Controle.	
ITEM	Página: 263	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Logística	3. POSSIBILIDADES DO INIMIGO, LINHAS DE AÇÃO E CONFRONTO 3.1 Possibilidades do Inimigo 3.1.1 A partir da Análise de Inteligência , as possibilidades do inimigo de atuar no sistema de apoio logístico, serão determinadas.	
Considerações:	A importância da análise da inteligência na atividade logística.	
ITEM	Página: 269	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Comunicação Social	2.3 Forças INIMIGAS a) A partir da Análise de Inteligência , será discutida, em maior profundidade, a capacidade do inimigo em explorar as atividades de comunicação social e sua influência sobre as operações. Sempre que necessário as conclusões tiradas serão obrigatoriamente levadas à Seção de Inteligência, pois, provavelmente, exercerão influência sobre o estabelecimento das possibilidades do inimigo e sua posterior análise.	
Considerações:	A análise da inteligência na atividade de Comunicação Social.	

ITEM	Página: 274	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Assuntos Cíveis	2.2 Características da Área de Responsabilidade 2.2.1 É o estudo minucioso da área de responsabilidade, a partir da Análise de Inteligência , com ênfase nos fatores significativos relacionados às atividades de assuntos cíveis.	
Considerações:	A inteligência na atividade de análise de Assuntos Cíveis.	
ITEM	Página: 277	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Operações de Informação	2. SITUAÇÃO E CONSIDERAÇÕES 2.1 Esboço da situação 2.1.1 Deve ser verificada a disponibilidade de um Levantamento de Área para Operações Psicológicas (LAOP) ou analisar com detalhes o campo psicossocial da Análise de Inteligência .	
Considerações:	A análise da inteligência nas Operações de Informação.	
ITEM	Página: 283	Critério: CDC
ANEXO D – NOTAS E MODELOS DE ROTEIROS DE ANÁLISE RELATIVOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO CONJUNTO Modelo de Roteiro para Análise Operacional de Defesa Cibernética	2. A SITUAÇÃO E SUA COMPREENSÃO 2.1 Características da Área de Operações Transcrever informações sobre a área de operações que afetam o planejamento de Guerra Cibernética, retiradas de Levantamentos Estratégicos de Área (LEA), planos e outros documentos de Inteligência .	
Considerações:	A análise da inteligência nas Operações de Defesa Cibernética.	
ITEM	Página: 299	Critério: CDC
ANEXO F – MODELOS DE ANEXOS/APÊNDICES RELATIVOS AO PLANO OPERACIONAL	Modelo de Anexo Operacional de Inteligência	
Considerações:	Documento de Inteligência	